

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

**INSTITUTO DE PSICOLOGIA, SERVIÇO SOCIAL,
SAÚDE E COMUNICAÇÃO HUMANA**

DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

MARCOS VINÍCIUS ANDRADE DOS SANTOS

**JUVENTUDES RURAIS NOS MOVIMENTOS SOCIAIS: LUTAS,
CONQUISTAS E DESAFIOS**

Porto Alegre

2020

PORTO ALEGRE

2020

MARCOS VINÍCIUS ANDRADE DOS SANTOS

**JUVENTUDES RURAIS NOS MOVIMENTOS SOCIAIS: LUTAS,
CONQUISTAS E DESAFIOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora Prof.^a Dr.^a Mailiz Garibotti Lusa.

CIP - Catalogação na Publicação

Santos, Marcos Vinícius Andrade dos
JUVENTUDES RURAIS NOS MOVIMENTOS SOCIAIS: LUTAS,
CONQUISTAS E DESAFIOS / Marcos Vinícius Andrade dos
Santos. -- 2020.
79 f.
Orientadora: Mailiz Garibotti Lusa.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto
de Psicologia, Curso de Serviço Social, Porto Alegre,
BR-RS, 2020.

1. Juventudes rurais. 2. Movimentos sociais do
campo. 3. Lutas e conquista sociais. I. Lusa, Mailiz
Garibotti, orient. II. Título.

PORTO ALEGRE

2020

Marcos Vinícius Andrade dos Santos

**JUVENTUDES RURAIS NOS MOVIMENTOS SOCIAIS: LUTAS,
CONQUISTAS E DESAFIOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Aprovado em: ____ de _____ de 2020.

BANCA EXAMINADORA:

Profª Drª Mailiz Garibotti Lusa, UFRGS.

Orientadora

Profª Drª Loiva Mara de Oliveira Machado, UFRGS.

Examinadora

Prof. Dr. Giovane Antonio Scherer, UFRGS.

Examinador

AGRADECIMENTOS

E ku abo ! Seja bem-vinda!

É exatamente assim que abro meus agradecimentos: mostrando o que de África restou nos meus e em mim.

Agradeço aos meus ancestrais por terem defendido com a sua vida a manutenção de nossa cultura, nossos saberes, nossa humanidade, asfaltando nossa estrada com muito trabalho, tanto de escravizado quanto de liberto, quanto de cidadão brasileiro e do mundo. Também a Olorum (Olodumare), aos Orixás em todas as suas representações na terra, que me deram o devido amparo nos momentos infecundos antes, durante e após minha jornada acadêmica.

Agradeço...

À minha família, primeiro grupo, minha primeira turma, aquela que ao seu modo ajudou-me na minha socialização nossas experiências das mais amargas às mais doces e elevadas, o meu profundo e fraterno respeito. Ao meu pai, *in memoriam*, que à sua maneira buscou que seus filhos e filhas estivessem em contato com o mundo escolar, mostrando a verdadeira importância da boa escolarização em nossas vidas, minha amada mãe que nestes últimos 37 anos tem sido de uma têmpera ante os temporais que teve de enfrentar; grandes lições de vida não faltaram àquelas pessoas que a ela se socorriam, mulher, negra, assalariada e periférica asfaltando a estrada para as gerações seguintes. Enfrentando com altivez todas as formas de preconceitos perpetrados por esta sociedade cruel, hipócrita racista, machista, homofóbica, transfóbica e repleta de outras aberrações.

À minha irmã mais velha, Dada, que, em meados de 1987, apresentou-me o Movimento Meninas e Meninos de Rua, através do Centro Ecumênico de Cultura Negra, onde pude ver pessoalmente quão cruel o ser humano poderia ser com o seu semelhante e que a sociedade civil devidamente organizada pode, sim, se erigir contra todas as formas de injustiça e de covardia. Sobrinhas, sobrinhos que me ensinaram a lidar com crianças e adolescentes, mostraram-me o quanto devemos cuidar desde cedo, mesmo antes de seu nascimento, acompanhar seu crescimento e desenvolvimento, suas transformações e lutas pela vida, suas conquistas. Pessoas incrivelmente incríveis!

Agradeço...

A professoras e professores, classe profissional que há muito tempo faz parte da minha vida, com quem eu aprendi a ter um apreço que vai além do seu profissionalismo, por multiplicar conhecimento neste mundo capitalista e selvagem, cheio de censura e limitações das mais variadas. Estar atento aos conteúdos dados em sala de aula é importante, mas é indispensável ter alguém que oriente a respeito do que está sendo estudado, debatido e que aguace nossa vontade de sempre querer saber mais e saber o que fazer com o que acabamos de aprender. Poder estar com elas e com eles depois de mais de vinte anos é algo realmente encantador, que me causa uma alegria enorme, um sentimento de que é bom sempre deixar portas abertas para retomarmos nossas relações de aprendizado e de resultados deste aprendizado, porque é sempre bom que eles possam ver o que estamos fazendo com o que aprendemos, mais ainda quando se trata de escola pública.

Agradeço à minha família religiosa que foi extremamente compreensiva quanto aos meus momentos de ausência, atrasos, pouca ou nenhuma participação e, em circunstância alguma, me fez qualquer tipo de cobrança; à minha Yaloriá Jaqueline de Oxum Pandá Miwá, que procurou estar ao meu dispor na medida do necessário e do possível, transmitindo responsabilidade religiosa, respeito ao Axé, sem proselitismo ou fanatismo.

Agradeço àquela parte da sociedade que, mesmo contribuindo através do seu precário consumo, não é bem-vinda nas instituições de ensino – público ou privado, de nível primário, secundário ou acadêmico, a quem mal é permitido passar e apreciar os prédios escolares na paisagem; pessoas que ora estão nas ruas e favelas, ora estão nas casas de um e de outra prestando serviço mal remunerado e de herança escravocrata, com reconhecimento zero e respeito nenhum. Nestes tempos de COVID-19, muitas delas foram francamente expostas, nas janelas do nosso país cinicamente preconceituoso e perversamente excludente, tudo isto devidamente escamoteado nas estruturas econômicas, sociais e estatais.

DEDICATÓRIA

A todas as pessoas que contribuíram, de qualquer forma, para o meu ingresso na instituição de ensino superior e que, por um motivo ou outro, foram - e ainda são - impedidas de percorrer o mesmo caminho.

“O povo foge da ignorância
Apesar de viver tão perto dela
E sonham com melhores tempos idos
Contemplam esta vida numa cela”

...

“Êh, ô, ô, vida de gado
Povo marcado
Êh, povo feliz!”

(Zé Ramalho - Admirável gado novo)

O Analfabeto Político

O pior analfabeto é o analfabeto político. Ele não ouve, não fala, nem participa dos acontecimentos políticos. Ele não sabe que o custo de vida, o preço do feijão, do peixe, da farinha, do aluguel, do sapato e do remédio dependem das decisões políticas. O analfabeto político é tão burro que se orgulha e estufa o peito dizendo que odeia a política. Não sabe o imbecil que, da sua ignorância política, nasce a prostituta, o menor abandonado e o pior de todos os bandidos, que é o político vigarista, pilantra, corrupto e lacaio dos exploradores do povo.

Bertolt Brecht

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso trata sobre a Juventude rural inserida nos movimentos sociais rurais, tendo como objetivo central analisar a militância da juventude rural através do MST, a fim de identificar conquistas de direitos sociais e formas de resistência praticadas por esses sujeitos ante as mais variadas formas de opressão que enfrentam. O problema formulado diz respeito a identificar, como está organizada e de que maneira a juventude rural inserida e atuante nos movimentos sociais tem lutado para resistir às investidas do capital. Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório, de natureza qualitativa. Para as aproximações sucessivas e apreensão da realidade das juventudes rurais, a pesquisa foi pautada na perspectiva crítica a partir do método dialético, o qual permite compreender as múltiplas determinações que constituem a realidade social e sua dinamicidade. A coleta de dados foi feita através de pesquisa bibliográfica e documental. O estudo possibilitou a conceituação das juventudes em suas variações e como sujeitos sociais, dando ênfase à juventude rural; distinguir movimentos, organizações e lutas sociais; situar a juventude rural nos movimentos sociais e identificar suas amplas pautas, gerais e específicas, suas lutas e conquistas. A investigação reforçou a importância das juventudes rurais organizadas em movimentos sociais assumindo seu papel de sujeitos políticos e de protagonismo de seus rumos e forneceu elementos de convicção para a conclusão de que através do protagonismo, a juventude resistirá, mostrando o seu pertencimento, inserindo-se nos movimentos sociais do campo, buscando defender direitos, mantendo-os e ampliando-os.

Palavras-chave: Juventudes rurais; Movimentos sociais do campo; Lutas e conquista sociais.

SIGLAS

BM - Banco Mundial

CBAS - Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais

CEBs - Comunidades Eclesiais de Base

CF 88 – Constituição Federal de 1988

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

EJ - Estatuto da Juventude

ENPESS - Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LGBT – Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros

LGBTQIA+ - Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, e outros grupos e variações de sexualidade e gênero

MMC – Movimento de Mulheres Camponesas

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

OS – Organização Social

OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

OIJ - Organização Ibero-Americana da Juventude

OIT - Organização Internacional do Trabalho

OMS - Organização Mundial da Saúde

ONG – Organização Não Governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

STF – Supremo Tribunal Federal

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UNESCO - Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 DAS JUVENTUDES ÀS JUVENTUDES RURAIS	16
2.1 Algumas palavras sobre as juventudes	16
2.2 As juventudes e os mercados.....	21
2.3 Juventudes rurais.....	25
3 MOVIMENTOS SOCIAIS, A PRÁXIS EDUCATIVA E AS REDES DE RESISTÊNCIA	32
3.1 Movimentos e lutas sociais: algumas considerações.....	32
3.2 As práxis pedagógica e política dos movimentos sociais.....	36
3.3 O mito do fim dos movimentos sociais e o surgimento do terceiro setor.....	40
3.4 Redes de resistentes correntes de lutas.....	43
4 JOVENS RURAIS NOS MOVIMENTOS SOCIAIS	46
4.1 Uma juventude engajada.....	46
4.2 Juventudes rurais: gênero, educação e raça/cor/etnia	48
4.2.1 <i>Uma questão de gênero</i>	48
4.2.2 <i>Educação para quem precisa de educação.....</i>	52
4.2.3 <i>Um pouco de cor/etnia/raça na juventude rural: as lutas antirracistas.....</i>	56
4.3 As lutas, conquistas e desafios das juventudes do campo.....	58
4.4 Serviço Social e os movimentos sociais.....	60
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
REFERÊNCIAS.....	74

1 INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), de um lado, configura-se procedimentalmente como um dentre os requisitos do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) para colação de grau no curso. De outro lado, no âmbito da construção de conhecimento, apresenta-se como um produto final da formação de graduação e, por isso mesmo, traz algumas sínteses na construção de conhecimento em Serviço Social por este autor.

Tem como temática central a juventude rural inserida nos movimentos sociais, sendo que esta temática surgiu, em um primeiro momento, a partir do interesse de conhecer a Juventude Rural inserida no Movimento Social dos Trabalhadores Sem Terra (MST) do Assentamento de Reforma Agrária Sepé Tiaraju, situado em Viamão (RS) e as estratégias utilizadas para a resistência ao desmonte de direitos e das políticas sociais. Juventude esta que vive e/ou trabalha neste assentamento, mas que poderia muito bem morar, trabalhar e estudar na cidade, na mata, nos pampas, nas serras, entre outros. A proposta neste momento inicial era de uma pesquisa de caráter exploratório, com tipo de pesquisa bibliográfica, documental e empírica, esta última com coleta de entrevistas com os jovens deste Assentamento.

Entretanto, devido à pandemia da COVID-19, o TCC teve de ser repensado, ocorreram algumas mudanças que não desconfiguraram a proposta inicial, porém modificaram o foco, que deixou de ser específico no Assentamento Sepé Tiarajú e a metodologia de pesquisa, já que não foi possível realizar a pesquisa com coleta de dados empíricos. Ressalte-se, de antemão, que este texto não traz fala alguma que tenha sido colhida pessoalmente, o que provoca certo desconforto em corporificar o lugar de fala destes indivíduos. Porque deixou de ser realizado o projeto de aproximação, que promoveria uma posterior difusão nos diálogos, o acompanhamento presencial no que fosse possível, o beber da fonte inicialmente planejado. Na mudança de metodologia, foi preservada a escolha pela juventude rural do MST, desenvolvendo-se pesquisa documental via internet e bibliográfica, através do acesso às produções das/os estudiosos que trabalham este tema.

O interesse pela temática também resulta da convergência dos estudos em sala de aula, especialmente, na Disciplina de Movimento Social e Política Social, do Curso de Serviço Social da UFRGS e da repercussão da experiência de aprendizado

advinda da aula prática com saída de campo para o Assentamento Sepé Tiaraju, já citado. Naquele momento, a impressão foi de haver poucos jovens no Assentamento e de não haver sido feito qualquer relato especificamente sobre sua militância no Movimento, o que configurou um equívoco inicial. Outro equívoco foi o de desconsiderar o relato feito, das atividades que já eram por si só parte das suas práticas de militância. A partir dessa percepção, formulam-se várias indagações a respeito da participação efetiva, do histórico dos enfrentamentos, das estratégias para dar continuidade à luta e o que essa juventude vislumbra para quando as crianças de hoje forem jovens adultos em um amanhã não muito distante. Observados os perfis dos embates e das forças a serem enfrentadas ao longo dos anos na história do MST, como problema de pesquisa elege-se a seguinte questão: Como está organizada e de que maneira a juventude rural inserida e atuante nos movimentos sociais tem lutado para resistir às investidas do capital?

O projeto de pesquisa tomou como seu objetivo geral estudar a inserção da juventude no MST, visando a apontar sua identificação ou não com a militância no movimento, suas práticas de luta e de resistência, organização e posicionamento dentro da organização.

Para responder à pergunta e atingir seu objetivo foi desenvolvida, no primeiro semestre de 2019 e retomada no primeiro semestre de 2020, uma pesquisa documental e bibliográfica, de abordagem qualitativa, com caráter exploratório, fundamentada no método dialético-crítico como método científico.

Este TCC teve como base bibliográfica autores como Troian et al (2018), Castro (2012), Sherer (2020), Groppo (2016), Stropasolas (2002), Gohn (2011), Lusa (2009), Silva (2018), Scherer-Warren (2008), Yazbek (1993) e Machado et al. (2019). Também foram consideradas outras produções científicas locais sobre o tema que apresentaram relevância para a pesquisa, tais como artigos, teses, dissertações e TCCs.

O estudo preparatório deste texto levou à busca pelo significado/definição de juventude e a encontrar 'as juventudes', tema que, nos últimos tempos, tem obtido bastante visibilidade, tanto negativa quanto positivamente, no campo e na cidade.

A cultura juvenil está ligada à sociedade de consumo, suas características incluem especialmente vestimentas, acessórios e linguagem. Em relação aos jovens rurais, a abordagem questiona a existência de uma juventude no campo ou se tão logo as crianças adquirissem força física seriam elas incorporadas como adultos no trabalho agrícola. (TROIAN et al, 2018, p. 792)

A citação acima apenas reflete parte do complexo constructo que são as juventudes, levando-se em conta os diversos meios de manobra que tentam moldar o jeito de ser e de viver, principalmente das/os jovens.

Através da pesquisa bibliográfica, identificam-se formas atuais de luta, resistência e desafios da juventude agrária, a fim de se reconhecer ou não a continuidade intergeracional desta luta, a partir da compreensão de que em cada território existe uma forma muito particular de se posicionar, chamar as demandas para discussão e dela chegar a algum posicionamento.

As hipóteses definidoras desta categoria são infinitas, conforme a cultura local e a legislação, mas cabe observar a importância de se perceber nesse meio, se o público alvo já foi consultado, se aceita tais enquadramentos, se quer ficar “dentro de alguma caixa” ou se está sendo levado de arrasto por uma enxurrada de delimitações que, muitas vezes, não condizem com seu querer e momento de viver, definitivamente não se identificando com a sociedade de consumo, capitalista e reificadora.

Além desta introdução, este TCC é composto por três capítulos, que tratam sequencialmente sobre “Das Juventudes às Juventudes Rurais”, “Movimentos Sociais, a Práxis Educativa e as Redes de Resistência” e “Jovens Rurais nos Movimentos Sociais”.

O primeiro capítulo do desenvolvimento do TCC trata a respeito dos entendimentos que se têm a respeito das juventudes, seus significados, peculiaridades e seu enquadramento legal no Brasil. A situação em que podem se encontrar, quando da sua análise: ressignificadas, invisibilizadas, excluídas socialmente ou universalizadas em definições preconceituosas. São vistas assim pois podem não suprir as demandas dos mercados, sendo um verdadeiro estorvo para o capital burguês e o Estado financista, seu maior aliado. As juventudes rurais que são o centro deste trabalho, também estão implicadas nesta replicação do modo de produção capitalista no campo, alastrando todas as suas consequências e empurrando a população para uma marcha rumo às grandes cidades, repercutindo pesadamente nos desdobramentos das expressões da questão social, tanto para quem chega quanto para quem já está.

No segundo capítulo é dada ênfase ao que se denomina e se entende como movimentos sociais e lutas, fazendo-se um breve apanhado na história colonial do país, chegando-se ao movimento sindical, aos ditos novos movimentos sociais e seus

desdobramentos. A práxis pedagógica e política é identificada como componente do processo educativo informal operado por estes sujeitos coletivos junto à sociedade, os quais imprimem a imagem, não só do movimentos, mas dos próprios sujeitos que deles participam. Não menos importante, a educação escolar tradicional, também é uma das demandas deste território, a revisão curricular das escolas formadoras é algo posto em debate, apontando importante necessidade de modificação. Neste capítulo ainda é tratada a indagação sobre o fim dos movimentos sociais: realidade ou ilusão? Eis o que se problematiza também, frente ao surgimento de tantos novos movimentos sociais e de rearranjos de velhas e carcomidas instituições de caridade, usando um verniz de modernidade.

O curso desses eventos e mudanças se fez até então de maneira quase isolada, não havendo comunicação entre os movimentos de diferentes segmentos sociais, sendo cada um por si e para si. A atuação em redes trouxe a possibilidade de entender o quão mais fortes ficam, como a circulação de informações torna-se mais ágil, e, assim, a transversalidade dos e nos movimentos sociais os coloca no rumo de todos os acontecimentos do mundo. Os fóruns globais sociais, espaços privilegiados de diálogos entre os movimentos sociais e as redes de movimentos, significam verdadeiro encontro da diversidade, onde se pode ver que os resultados prejudiciais do capital não atingem só uma população, mas atingem várias populações e de várias maneiras.

No terceiro capítulo busca-se adentrar no universo da vida das juventudes do campo articuladas em movimentos sociais. Primeiramente é tratada a juventude camponesa identificada como uma 'juventude engajada'. Na sequência trazem-se apontamentos sobre as juventudes rurais em seu perfil e lutas cotidianas de gênero e raça/cor/etnia, bem como no que tange a seu acesso e demandas por educação. Nesta parte do texto será a única em que encontremos uma figura. Motivo: fui positivamente surpreendido quando estava procurando a temática LGBTQIA+ no sítio do MST, realmente pensei encontrar poucas linhas escritas, mas encontrei muitas palavras na imagem. Quer saber? Eu também.

Ao final deste TCC sinalizam-se as tantas inquietações percebidas no processo de construção, as quais continuam a surgir, o que aponta o compromisso permanente em saber mais e melhor a respeito dessas pessoas.

Isso posto, convido o/a leitor/a para acompanhar as reflexões das próximas páginas.

2 DAS JUVENTUDES ÀS JUVENTUDES RURAIS

A partir da pesquisa bibliográfica, busca-se entender a categoria jovem, para ter uma base segura na análise aproximativa a ser feita no decorrer do trabalho até chegar-se à discussão das juventudes rurais que se organizam em movimentos sociais. Procura-se, neste capítulo, levar em conta todas as conceituações encontradas, para melhor entender as particularidades deste importante contingente populacional.

Por terem tantas peculiaridades, serão tratadas por ‘juventudes’, o que se faz também por considerar que não há um consenso quanto a classificar jovens que vivem de formas distintas ante a realidade que se lhes apresenta.

Importante frisar que, por um lado, este trabalho não tratará incisivamente de expressões da questão social que afetam as juventudes como: orientação de gênero, álcool e outras drogas, sexualidade, depressão, suicídio, finanças, acesso às tecnologias, família, carreira, juvenicídio, violência policial, lazer, esportes, e/ou construções sociais como padrões de beleza, de consumo, de comportamento, bullying e outras. Por outro lado, ao tratar da realidade das juventudes, estarão presentes expressões da questão social e, de forma dialética, as lutas dessas juventudes, especialmente das juventudes do campo. Este será o ponto de conexão, ao final, com o próximo capítulo.

2.1 Algumas palavras sobre as juventudes

Objetivando o entendimento sobre as juventudes discutidas neste trabalho, inicia-se falando de juventude, no singular mesmo, pois aqui se quer, a princípio, demonstrar um mínimo de igualdade entre essas pessoas, –com base no dispositivo legal, artigo 5º da Constituição Federal Brasileira de 1988¹ (CF, 1988). No entanto, problematiza-se que essa igualdade se desfaz desde a saída desse indivíduo da maternidade, pois as desigualdades vão saltando aos olhos. Determinantes socioeconômicos e políticos anteriores ao seu nascimento, que afetaram e afetam

¹ **Art. 5º, Caput, CF, 1988** prevê que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes”.

seus pais, familiares e a comunidade em que ele passa a se inserir, agora determinam diretamente a sua vida, colocando em suspenso a igualdade constitucional. Passam a falar sobre ele a condução para chegar ao seu lar, as suas acomodações, restante do imóvel e o próprio território que fala por si. Poderá até ter uma infância com muitas possibilidades de respeito aos seus direitos assegurados constitucionalmente, ou com muitas possibilidades de não ter muitas oportunidades de ter os seus direitos assegurados e muito menos respeitados.

Ao falar a respeito de juventudes, acaba-se falando de determinado grupo, de forma muito genérica ou com características bem peculiares e que não são atribuídas a outros da mesma faixa etária ou situação financeira e social. Todas as juventudes são ressignificadas através do grupo mais visível (hegemônico) e segundo o perfil que caiba no gosto do mercado. Porém, para alguns grupos, as abordagens são feitas baseadas em estereótipos carregados de preconceitos e discriminações. Os indivíduos destes últimos grupos, inevitavelmente serão descartados, invisibilizados e, até mesmo, inviabilizados, esquecidos pelas estatísticas e usados em projetos que poderão, a princípio, beneficiá-los sazonalmente.

Juventude é uma noção construída socialmente, numa perspectiva sociológica ganhando evidência nas políticas sociais no Brasil a partir de 2000, especialmente com a formalização da política nacional de juventude em 2005. (SANTOS, 2016, p. 167).

Na adolescência e na juventude destes recém-nascidos, talvez, prossiga-se no mesmo tom ou com algumas mudanças significativas que poderão ocorrer na vida de cada uma das famílias. O caminho a ser percorrido por estas/es jovens é o resultado daquilo que foi construído por gerações, mas muito dessas construções, poderão ou não abrir mão, lutar para conseguir, enfrentar as barreiras institucionais ou aceitar privilégios em detrimento de outros indivíduos, sem fazer nenhuma problematização.

Nessa etapa da vida na qual não se é criança, mas também não se é enxergado como adulto, fica-se esperando o devido momento de mudança para a nova fase de vida. Inclui-se aí a ideia de corte abrupto entre infância e vida adulta, invisibilizando a adolescência e a juventude, o que era comum até o início dos anos 2000 quando as discussões em torno desse público se avolumaram. A legislação vigente contribuía para isso, fortalecendo a ideia de exclusão natural e as várias segregações sociais às quais esses indivíduos ficam potencialmente expostos.

Muitas vezes ocorre até uma idealização do ser jovem, inclusive com a contribuição do mercado que cria os padrões de consumo: a moda, o corpo, a estética jovial, o cabelo, o vocabulário, entre outros. Esta idealização expressa meramente o plano das aparências e, também por isso, pode não enxergar exatamente da maneira que se espera. Deve-se evidenciar que o agravamento das expressões da questão social determina o ser jovem, especialmente neste momento histórico de escalada na retórica autoritária, própria da extrema direita. Tal retórica propaga a violência, o extermínio das populações, especialmente das juventudes periféricas, a precarização e o desmonte de direitos e políticas públicas sociais, a apropriação do fundo público, entre outras medidas e componentes de um discurso que, mesmo assim, continua sendo de corte populista eleitoreiro.

Quando se joga luz nas realidades específicas de cada sujeito, percebe-se que a/o jovem é um sujeito plural, inserido em uma família, que pertence a uma classe social, com diferentes níveis de escolarização muitas vezes na mesma família, que professa uma, várias ou nenhuma religião, inserido ou não no mercado de trabalho formal ou informal, usuário ou não de políticas, programas ou serviços e equipamentos sociais públicos, atendido ou não por profissionais assistentes sociais, entre outros marcadores sociais que contribuem para a construção e confirmação da identidade desses sujeitos.

Note-se, juventude é bem mais do que uma transição:

Muitas dessas construções carregam um olhar em que juventude é passível de uma definição universalizante. Tais como: aspectos físicos/psicológicos, como faixa etária, mudanças físico-biológicas e/ou comportamentais; as definições substancializadas/adjetivadas da categoria; e as definições que associam juventude e jovem a determinados problemas sociológicos e/ou como agentes privilegiados de transformação social. (CASTRO, 2009, p. 184).

Não é possível estereotipar as juventudes e, muito menos, atribuir-lhes patologias. Independentemente do momento em que as sociedades se encontrem, os conceitos mudam bem mais rapidamente do que as pessoas, dado o nível de compreensão e aceitação de certos valores.

Desta forma, pode-se entender que as juventudes são heterogêneas, principalmente quando se procura entendê-las ao máximo, dentro de uma mesma classe social, gênero entre outros indicadores. Mesmo com a globalização e a tecnologia de ponta de que muitos se apropriam a fim de garantir o controle social antes de qualquer coisa, esses sujeitos têm a possibilidade de escolha segundo os

seus critérios e avaliações, porque, sendo pessoas em processo de construção social encararão muitas vivências em suas etapas constitutivas.

Tais sujeitos, em constante construção, passam por algumas transições biológicas e sociais, até firmarem-se como adultos de fato e de direito, posicionando-se frente aos embates criados pelo capital que dita tempo, ritmo no processo de produção, de consumo e de descarte.

Constrangidas por noções contrárias ao seu modo de ver e de vivenciar o mundo, essas juventudes, ao mesmo tempo que resistem das mais variadas formas, também sucumbem às demandas do mercado de consumo, que ensejam uma geração de sujeitos descolados da realidade, sem qualquer postura mais crítica. Uma alienação onde as juventudes dos movimentos e lutas sociais, procuram se distanciar da totalidade dos valores burgueses.

O termo se refere basicamente a ser alheio, estranho, ou seja, alienação é o processo mediante o qual sujeito e objeto se separam, se tornam alheios, estranhos. No Modo de Produção Capitalista, a alienação remete à separação entre o produtor e seu produto, assim como a alienação da atividade mesma da produção. Para desfazer qualquer leitura reducionista, lembramos que o produto do ser não é apenas a mercadoria, mas também a cultura, a forma de vida, a linguagem, o conhecimento científico, a sociedade, enfim, a história (MONTAÑO et al., 2011, p. 102).

A depender do contexto histórico pelo qual se passa e da classe social da/o jovem, alguns indicadores sociais podem orientar quanto a constituição, construção e o forte estabelecimento do padrão ideal desta para que o capitalismo obtenha melhores resultados, seja com ou sem crise. Esse mosaico identitário da/o jovem brasileira/o passou a ser evidenciado no início dos anos 2000, segundo definição de Nair dos Santos (2016)

Em seus estudos, Troian e Breitenbach (2018, p. 791) trazem o seguinte quadro explicativo:

Quadro 1 – Síntese dos critérios utilizados na definição de juventude com base em diferentes abordagens

Abordagens de juventude	Definição de juventude e critérios de categorização
-------------------------	---

Faixa Etária	O critério é a idade dos pesquisados, indicadores demográficos, critérios normativos ou padrões estabelecidos pelos organismos internacionais.
Ciclo de Vida	Período de transição, fase da vida humana de começo bem definido pelo aparecimento da puberdade. Perspectiva adotada pela UNESCO.
Geração	Jovens são inerentemente contestadores, essa rebeldia é necessariamente transitória, como a juventude. Juventude passa a ser vista a partir de seus potenciais de mudança, pela sua capacidade criadora e inventiva.
Cultura ou Modo de Vida	Definida por critérios culturais, destacando-se a importância de espaços de sociabilidade juvenis na constituição de suas identidades. Estreita relação com a mídia, essa juventude está ligada à sociedade de consumo, vestimentas, acessórios, linguagem particulares.
Representação Social	Condição juvenil como uma posição hierárquica social fundada em representações sociais, ou seja, na busca de responder aos significados atribuídos que definem quem é e quem não é jovem em um dado contexto sociocultural.

Fonte: Troian e Breitenbach (2018, p. 297), a partir de Mannheim (1968) e Weisheimer (2005).

Nota-se que cada item da coluna de abordagens de juventude pode abranger vários grupos sociais e, até mesmo, estar inserido em um só grupo social dada a sua complexidade. Um/a jovem em situação de vulnerabilidade social pode perfeitamente estar gozando dos seus 16 ou 17 anos de idade, não ser uma pessoa contestadora, não ter dinheiro suficiente para ser um/a consumidor/a ativo/a do que está na moda jovem, ser demasiadamente responsabilizado/a pela manutenção financeira de sua família e, por isso, ser responsabilizado/a tanto quanto um adulto. E por aí podem-se ter vários exemplos de juventudes.

Assim, cada uma das abordagens de juventude difundidas no mundo será usada para uma determinada finalidade, principalmente quando se tratar do capital cooptando novos consumidores, que deverão casar harmonicamente com a definição de juventude e critérios de categorização para determinados momentos históricos e sociais. O Brasil segue o padrão de análise da Organização Ibero-

Americana da Juventude (OIJ), considerando na juventude as pessoas que se encontram na faixa etária de 15 a 29 anos.

Essa faixa etária é bastante usada na produção de dados demográficos, geralmente de forma articulada com outros tipos de dados. O ciclo de vida não é mera marcação cronológica, que antes encerrava-se abaixo dos 29 anos. É possível se pensar que daqui a algum tempo se possa diminuir ou ampliar a faixa etária classificatória dessas pessoas. Assim, temos a idade como um dos elementos caracterizadores da juventude, mas há mais de uma maneira de identificá-la e construí-la, como considerando-se os territórios que frequenta ou reside, seus modos de relacionamento com a sociedade entre outros. Desse modo, para cada território identificam-se uma vestimenta, uma religião, um tipo de alimentação e quantidade dele, uma linguagem corporal e/ou verbal. Haverá abordagens diversas para assuntos dos mais diversos também, mas isto não quer dizer que um território não circulará no outro; se é jovem ou não e quando convém ser, tanto para uma quanto para a outra parte.

Pode-se, dessa forma entender que, por exemplo, um/a jovem rural tem várias particularidades que devem ser levadas em conta a fim de poder suprir a necessidade que foi demandada por sua comunidade. Uma menina, de comunidade quilombola, em idade escolar, com problemas de visão recém-diagnosticados, tinha baixo rendimento escolar. Aventava-se que tinha problemas psicológicos. Bastou uma consulta oftalmológica e parte do dilema foi resolvido. Agora, a questão de qualidade do ensino em sua escola, preços baixíssimos dos produtos agropecuários da comunidade, energia elétrica precária e saneamento básico inexistente não eram apenas questão de saúde e de consulta e tratamento médico. Este quadro demonstra que algumas particularidades são conjunturais e, portanto, podem ser resolvidas, enquanto outras são estruturais deste modo de produção e, logo, sua resolução se dará apenas pela transformação societária.

2.2 As juventudes e os mercados

A depender do modo de produção capitalista, as juventudes são meras estranhas entre si, pouco se reconhecem no outro indivíduo de mesma idade e até do mesmo território, pois as demandas do capital e os resultados destas as colocam em campos opostos. A separação é ainda mais gritante quando se trata de classes

sociais diversas, pois demandas diversas aparecerão, o contraditório será explícito e o embate necessário para que todas as pessoas implicadas consigam sobreviver, mesmo que às custas da exploração da mão de obra alheia.

Os jovens podem considerar-se, desde a sua adolescência, dentro da luta de classes, nesta constante instabilidade das camadas sociais, até mesmo quando situações favoráveis para o país se fazem presentes no cenário nacional, dando leves indícios de que a realidade desfavorável de alguns grupos sociais foi alterada, mesmo que temporariamente. Levando em conta que, para as camadas sociais mais desfavorecidas, tal situação se mantém até a próxima troca de governo, a tendência é de que sejam criados outros ou diminuam-se os valores empregados nos programas sociais outrora criados.

O processo de entrada no mercado de trabalho para as/os jovens é herança sócio-histórica, repetindo-se, do mesmo jeito que foi para o seu pai e/ou para a sua mãe, a indicação, o protecionismo para com a categoria profissional. As tradições, salvo algumas exceções, tendem a criar fortes barreiras para quem deseja profissionalizar-se sem ter indicações. A exceção disto é o serviço público, mas este também enfrenta uma grave crise para manter-se como um garantidor de direitos e executor legal das normas estatais frente a um cenário político caótico em que o país se encontra.

Por ser a futura mão de obra quase gratuita do mercado, as juventudes precisam aclimatar-se desde cedo ao ambiente de disputa permanente imposto por um mercado criador de crises e de suas próprias regras dispensando, dessa forma, a necessidade de enxergar pessoas dotadas de necessidades e vontades que ultrapassam o que se vê.

A concepção dialética de juventude na perspectiva da luta de classes tende a negar o universalismo e a particularidade abstrata, buscando perceber as cadeias de mediações tecidas na realidade da vida concreta da juventude. Tal movimento busca considerar a juventude como um segmento social não homogêneo, ressaltando a centralidade da luta de classes, isto é, ao mesmo tempo em que se consideram as particularidades da juventude, também se compreende que estas se inserem em lutas de classes, sofrendo, enquanto classe trabalhadora, os impactos do movimento da produção de valor na sociabilidade capitalista. (SCHERER, 2020, p. 24)

Por sua vez, estes marcadores levam a um detalhamento ainda maior, transformando a juventude em juventudes: rural, urbana, periférica, trabalhadora, engajada em grupos e/ou movimentos e lutas sociais, rebelde, de vanguarda,

transformadora, nem estuda e nem trabalha, deslocada ou bem situada em relação a sua realidade, questionadora e radical em seus posicionamentos, de todas as classes sociais e outras diferentes características na construção da sua identidade, que é social, política, econômica e cultural. Vislumbra-se a função das ciências sociais nesse contexto:

A sociologia, por um lado, reflete as concepções de juventude construídas pelas sociedades modernas e contemporâneas. Mas, ao mesmo tempo, elabora – com teses e discursos emanados de especialistas – noções de juventude que sustentam políticas sociais, que orientam instituições e até mesmo informam o senso comum. (GROPPO, 2018, p. 17)

Exatamente por não estar em uma linha de produção, entende-se que as juventudes são compostas por sujeitos que vivem de acordo com suas condições/características peculiares, com altas habilidades, em situação de vulnerabilidade social e outras, o que permite que se perceba que um indivíduo não responde pela caracterização dos demais, e sim por suas próprias. Quem enxerga as/os jovens como seres construídos para responder unicamente às demandas do capital, que visa unicamente a reaquecer as vendas, aumentar o consumo, para assim obter largas margens de lucro, entende as juventudes como meros consumidores potenciais.

Scherer mostra que a juventude não é mero constructo.

Desta forma, as mediações teóricas, ao estarem vinculadas à sociologia “crítica” da juventude, possibilitam compreender esse segmento social para além de uma análise pulverizada e fragmentada de juventude, compreendendo as necessárias mediações entre classe social e a condição juvenil no tempo presente. (SCHERER, 2020, p. 23)

É necessário, também entender o passado histórico das gerações, para evitar-se o fatalismo que ajuda a reforçar os preconceitos e as submissões próprias do modo de produção capitalista, voltado à máxima exploração da mão de obra e que por resultado causa desemprego, violência, alienação, escravidão moderna.

A reatualização conservadora é uma roupagem nova para velhos problemas, com soluções onde jovens têm assento precarizado e voz embargada enquanto lhes é lançada uma visão padronizadora daquilo que já está posto a seu respeito, processo que deve permanecer encoberto para a manutenção do *status quo* (SCHERER 2020) não se trabalhando questões de consciência de classe, lugar de fala, pertencimento territorial, constituição familiar, violação de direitos e extermínio

das populações negra e indígena, periférica, migrante, pobre e excluída de todas as políticas públicas sociais.

Cria-se um discurso e novos métodos de atendimento das demandas etárias de uma população, mas não lhe é dado o protagonismo quanto a decidir qual a melhor política social para atender a comunidade, o que e como deve ser feito no território,

Em se tratando de Brasil, legalmente falando, se tem como norte a CF, 1988 nos seus artigos 7º, 14, 24, 203, 208, 227 e 229; a Lei Federal Nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei Federal Nº 12.852, de 05 de agosto de 2013, que instituiu o Estatuto da Juventude (EJ), bem como as legislações específicas para determinados segmentos sociais, tais como populações rurais, pessoas portadoras de deficiência, populações indígenas, mulheres e população negra, entre outras.

Os artigos da CF (1988) acima citados tratam de garantias fundamentais, direitos sociais e políticos, seguridade social, da ordem social, da assistência social, da educação, da cultura e desporto, que são estendidos aos jovens. O ECA (1990) não traz a categoria jovem, mas esta fica subentendida quanto a sua faixa etária, quando é feita uma leitura associada ao EJ (2013), segundo o qual a juventude inicia aos 15 anos, e especifica que às pessoas dos 15 aos 18 anos incompletos aplica-se o ECA, o que significa que devem ser considerados adolescentes.

Já no âmbito internacional, podem-se citar as determinações da Organização das Nações Unidas (ONU), através dos seus conselhos e instituições especializadas como a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Organização para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Banco Mundial (BM), a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização Ibero-Americana de Juventude (OIJ). Tais organizações trazem em seus documentos orientações que tratam de aspectos e/ou direitos, e/ou políticas que devem ser dirigidas para as juventudes. Neste sentido, pode-se dizer que, embora não discorram apenas sobre as juventudes, ainda assim, tais documentos tratam também sobre este grupo social.

No Brasil, os dados populacionais mais recentes, que são do Censo de 2010, indicam que existem 51.350.478 jovens de ambos os sexos, em todo o país, segundo o IBGE² (IBGE, 2010), mas não cita as/os jovens rurais. Dado esse elevado

² O IBGE não leva em consideração a faixa etária usada pela OIJ, que considera jovem a pessoa dos 12 anos até os 29; usam-se aqui dados da população jovem dos 15 aos 29 anos, sendo: 25.650.092 do sexo masculino e

contingente de jovens e sua importância em todas as instâncias sociais, entende-se que as juventudes tiveram uma atenção acanhada no Brasil nos últimos 32 anos.

Ainda durante o advento do ECA (1990) as políticas voltadas para as juventudes eram de pouca repercussão ou nenhuma. As especificidades desse grupo foram esquecidas nos primeiros momentos da redemocratização do país. Por isso foi necessário criarem-se mais leis e órgãos específicos posteriormente para atender esse público em todas as suas demandas. Mesmo assim, não se trabalha com o vigor suficiente para atingir as expectativas de direito formuladas por esse público em suas ações e estratégias de controle social.

Por fim, é fundamental dizer que as juventudes brasileiras, majoritariamente, sabem bem o que querem para si e para a sociedade e em particular as juventudes rurais.

2.3 Juventudes rurais

Tão heterogênea quanto as juventudes urbanas, a juventude rural apresenta diversidades bastante visíveis quando olhada com mais atenção e respeito em particular, tanto em relação ao seu território, quanto à sua organização, atuação, cultura, escolarização, profissionalização e outras particularidades.

Durante a pesquisa para elaboração deste trabalho foram evidenciando-se as juventudes rurais encontradas nas comunidades indígenas, ribeirinhas, remanescentes quilombolas, na zona rural litorânea, as extrativistas da selva, as atingidas por barragens, as juventudes do agreste, do sertão, do semiárido, da Zona da Mata, da agricultura familiar, dos assentamentos do MST e as juventudes do agronegócio.

Via de regra, essa população é vista como alguém que ou ficará trabalhando nas lidas agropecuárias ou desistirá delas, mudando-se para o espaço urbano, demonstrando, a princípio, um desinteresse pelo meio rural tal como ele se encontra.

Os processos de exclusão são invisibilizados pelo capital que disputa a hegemonia econômica em todas as instâncias de poder, a fim de propagar o senso

25.700.386 do sexo feminino. Disponível em: <<https://brasilemsintese.ibge.gov.br/populacao/populacao-por-sexo-e-grupo-de-idade-2010.html>>. Acessado em: 03 de maio de 2020.

comum, isto é, a juventude está debandando em massa para os grandes centros urbanos, deixando o campo às moscas. Como consequência desta invisibilidade, o foco das atenções, na maioria das vezes, é voltado para as juventudes dos espaços urbanos, tanto para explorá-las ou eliminá-las, quanto para exortar a respeito dos seus direitos, preferencialmente nos grandes centros metropolitanos e, inclusive, para promoção e ganho de visibilidade e prestígio político-partidário.

Excluindo-se as juventudes do agronegócio, resta uma parcela bastante significativa e importante que, incontestavelmente, está inserida em processos de interação social dentro e fora de sua comunidade, configurando e reconfigurando a sua identidade e, por conseguinte, a identidade do grupo no qual está incluída.

A juventude rural no Brasil é constantemente associada ao problema da “migração do campo para a cidade”. Contudo, “ficar” ou “sair” do meio rural envolve múltiplas questões, onde a categoria jovem é construída, e seus significados, disputados. A própria imagem de um jovem desinteressado pelo meio rural contribui para a invisibilidade da categoria como formadora de identidades sociais e, portanto, de demandas sociais. (CASTRO, 2009, p. 182)

A autora diz que há muito desinteresse e desvalorização, segundo o senso comum, mas que as questões que levam estes indivíduos a procurar outras alternativas em outros locais é o reflexo do agravamento da questão social, uma explícita maneira de menosprezar o campo em relação à cidade. Deste jeito, coloca-se a agenda campesina em um lugar de desdém e enfraquecimento no que diz respeito às suas demandas mais iminentes, principalmente à reforma agrária. Interpretações a parte, o território rural carece de um censo mais específico, que evite a sua exclusão, pois não se sabe ao certo quem são estas pessoas, como vivem, sua escolaridade, suas necessidades (apontadas por elas) entre outras características.

É muito raso dizer que a questão da juventude agrária reside entre sair e ficar, retornar após estudos. Não se questiona o porquê disso com a devida e adequada propriedade, afastando assim todo tipo de recalque, atraso e retrocesso no cenário político social e até mesmo um grotesco revisionismo histórico sem qualquer fundamento que o valha.

As juventudes rurais não são um grupo de pessoas privilegiadas por viverem em contato com a natureza, gozando de uma vida aprazível. Essa imagem romântica inexistente há muito tempo – como se estes e o restante desta população não precisassem de assistência social, assistência médica, escolarização de boa

qualidade, geração de trabalho, emprego e renda, saneamento básico, tecnologia de ponta, linhas de crédito justo e outros itens necessários para a vida moderna.

O que alguns sujeitos da juventude rural têm seguido como rota de fuga da exclusão social, à qual estão ameaçados caso abram mão de deliberar a respeito de seu futuro, é constituir família e permanecer trabalhando na propriedade familiar concomitantemente a outro tipo de atividade econômica para melhorar a renda, ou ir para a cidade tentar uma vaga no mercado de trabalho desvinculada diretamente do ramo agrícola – sem interesse temporário pela propriedade ou, ainda, retornar à propriedade rural, deixando uma carreira promissora na cidade para ajudar a família a administrar o empreendimento próprio. Ir ou ficar implicam êxito ou não.

A leitura de cenário feita pela maioria dos jovens do rural local é de falta de possibilidades e alternativas de manter-se na propriedade familiar com autonomia e dignidade. Eles acabam vislumbrando seu futuro nos centros urbanos, o que é natural. (PANNO E MACHADO, 2014, 271)

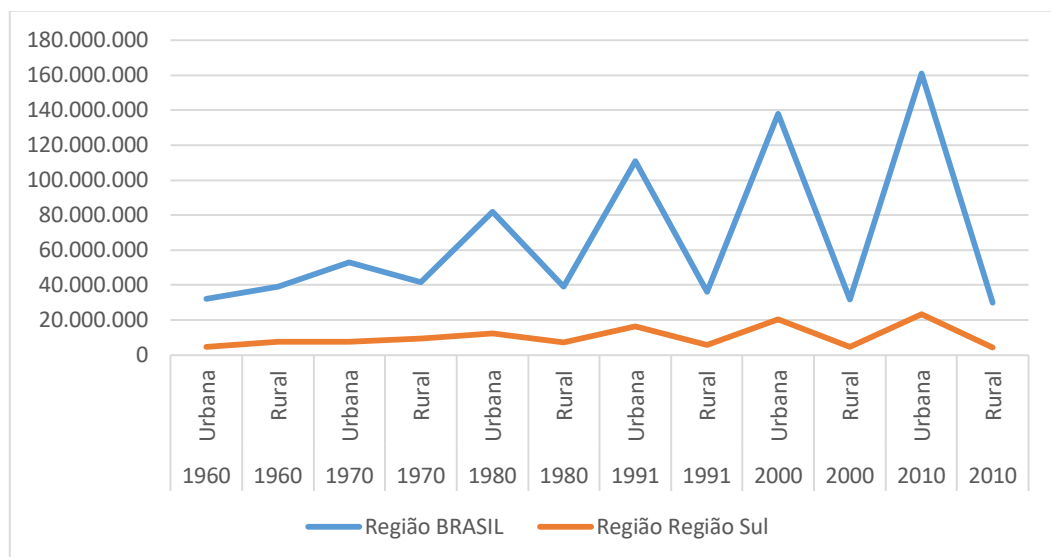
Além de enfrentar o dilema de ir e não retornar, ir e retornar para ficar ou mais tarde se retirar de forma definitiva, ficar sem nunca se retirar, sequer para estudar essa/e jovem precisa resolver-se enquanto ser social em seus dilemas existenciais, sentindo-se parte de um todo que muitas vezes a/o repudia. Desta maneira a/o jovem enfrentará outra luta e não lhe será dado o devido reconhecimento nas atividades que desenvolve em seu território ou para o seu território, dando um rumo e sentido à sua existência segundo a sua vontade e entendimento de mundo (STROPASOLAS, 2002, p. 147).

Percebe-se também a gritante luta de classes pela manutenção do *status quo* que redundando no esforço dos capitais agroindustriais em ter para si cada vez mais o poder da produção e distribuição. Assim, o agricultor não terá para si a exata noção do seu trabalho e de seus ganhos, tendo em vista que venderá sua força de trabalho para comer e nada mais. Se a classe trabalhadora do campo não se mobilizar a fim de delimitar o que compete para cada ator no cenário de batalha, muito provavelmente as/os futuras/os trabalhadoras/es enfrentarão tempos bem mais difíceis do que os da atualidade.

Conforme Weisheimer (2005), a partir de estudos feitos em torno do ano de 2000, há efeitos deletérios das ondas migratórias, tanto para o meio rural quanto para as cidades que recebem essas pessoas, significando, no decorrer de tantas décadas, o aumento da pobreza e, concomitantemente, o enriquecimento da burguesia. O

aumento do número dos bolsões de pobreza e o seu inchaço implicou na invisibilização total desses sujeitos, não levando em conta as suas particularidades como gênero, escolaridade, orientação sexual, situação financeira, dentre outras. Fala-se da exclusão social não citando diretamente o meio urbano, mas fica patente que este é um território em que as populações migrantes levaram algum tempo para se sentirem pertencentes de fato. Sua contribuição pela presença em várias gerações, através do trabalho – como mão de obra barata, tendo os seus direitos desrespeitados, organização social e trabalhista ainda precária ou quase inexistente, políticas assistencialistas no lugar das sociais – dos seus hábitos, da sua cultura, com o nascimento de seus filhos, ajudou a impulsionar as grandes metrópoles. Tais fatores, inevitavelmente, refletiram na população jovem que, por sua vez deu continuidade a esta engrenagem.

Quadro 2 - Populações urbana e rural do Censo de 1960 até o censo de 2010.³



Fonte: O próprio autor, a partir dos dados do IBGE, Censo Demográfico 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

O gráfico acima mostra que, a partir dos anos 1960, a população rural da Região Sul (cor laranja) e do Brasil (cor azul) começou a diminuir, porém ainda era maior residente no campo do que na cidade. Na década de 1970 a proporção entre a população urbana e rural inverte-se no Brasil, mas na Região Sul ainda continua com predominância no campo. A partir da década de 1980 a população rural da mesma

³Sítio dos Censos brasileiros rural e urbano de 1960 até 2010 disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8>>. Acessado em: 19 de set de 2020.

região inverteu-se, enquanto no Brasil a diferença existente aumentou muito mais, evidenciando desigualdade contingencial entre as populações do campo e urbana. Hoje em dia a carga de tal desigualdade territorial entre populações do campo e da cidade é mais forte, o que notabiliza o processo intenso, contínuo e ainda em curso de migração para as cidades. De certa forma, este êxodo tem ameaçado o sucesso de uma tímida e temida reforma agrária. Justificativa um tanto quanto fraca, sem fundamento que a mantenha em pé, por a artificialidade dos fatos ser tomada como verdadeira, como forma de barrar, embargar ou criminalizar, tem obtido algum sucesso.

A visualização do movimento migratório da população geral do campo para a cidade, aprofundado ao longo das cinco décadas, possibilita refletir que por trás do processo decisório – de escolher entre ir ou ficar, ir para voltar, voltar capacitado, ir e não mais voltar – há muito mais determinantes sobre a realidade vivida pelas famílias e as juventudes do campo.

É necessário entender as determinantes, para reconhecer a tensão que é operada sobre essas juventudes e as faz migrar: os empréstimos bancários com juros escorchantes, seguros duvidosos, escolarização e saúde precarizadas e uma previdência social que, mesmo insuficiente, lhes foi negada como direito. Estes são robustos elementos que fortalecem o sentimento de não mais querer permanecer em seu território de origem, diminuindo sensivelmente a população jovem e, por sua vez, as possibilidades de mais mão de obra para as atividades rurais como um todo.

Os índices do censo agrícola brasileiro de 2017⁴ do IBGE indicam que a agricultura familiar corresponde a 77% dos estabelecimentos classificados como agricultura familiar no país cujo valor é de R\$ 107 bilhões, equivalendo a 23% de toda a produção agropecuária brasileira. Logo, percebe-se que capacitar a juventude da agricultura familiar somente para o trabalho é deixar de lado o enfrentamento das necessárias reações ao mercado rentista, danoso à classe trabalhadora em geral, tanto no campo quanto nos centros urbanos, que nada produz além de precarização e desrespeito aos direitos de maneira ampla e irrestrita, apoiando projetos de poder.

⁴Sítio do Censo Rural brasileiro de 2017 disponível em:
https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/pdf/agricultura_familiar.pdf.
Acessado em: 13 de maio de 2020.

As famílias rurais, juntamente com seus jovens, encontram-se em várias frentes de combate e de resistência, tentando sobreviver às tentativas de enquadramento dos movimentos sociais – especialmente o Movimento de Trabalhadores Rurais (MST) – como movimentos terroristas e desnecessários. As demandas desses jovens não dizem respeito exclusivamente a eles, mas também ao seu lugar de atuação e de fala, tendo em vista que sua luta é justa, tem nome, lugar e pessoas que estão comprometidas e conhecem muito bem a questão e o mundo agrário como um todo.

Pode-se entender que a juventude rural está engajada em movimentos sociais, como a renovação e fortalecimento dos interesses dos seus pares e a ampliação do entendimento a respeito do que seja reforma agrária e, no que consistem as suas reivindicações. Seus atos de protesto e de resistência qualificam-na frente a todas as tentativas de colocar os movimentos e lutas sociais do campo na ilegalidade.

As comunidades rurais de agricultura familiar camponesa, de reforma agrária vivem em disputa com o “agro que é pop”, ou seja, com o agronegócio. As primeiras utilizam técnicas sustentáveis de trabalho, observam as normas ambientais, preservam o meio ambiente, promovem técnicas de recuperação e, por isso mesmo, são colocadas em posição de desvantagem comercial, em relação à segunda, que domina a cena e, na verdade, não produz alimentos para as pessoas, mas para alimentar o mercado internacional.

Segundo Stropasolas (2002, p. 148), “a migração de jovens aparece como símbolo e expressão de redefinições e questionamentos no espaço rural e na agricultura familiar”. Redefinições e questionamentos que vão longe no tempo e parecem não encontrar abrigo junto às camadas mais ricas da sociedade e nem o devido amparo legal, com a execução do que preconiza a legislação que vem sofrendo mudanças e interpretações toscas e muito graves para a democracia. Será que a juventude de hoje em dia quer o mesmo que a juventude do início dos anos 2000? Este querer foi ampliado ou sofreu mutações ante as alterações de sua realidade e das sociedades?

Ainda na trilha das redefinições e questionamentos, a escolarização, o meio ambiente e o trabalho rural estão, há muito tempo, seriamente comprometidos pela falta de prosseguimentos na execução das políticas públicas econômicas e sociais voltadas para as populações trabalhadoras rurais. População esta que não pode ser definida única e exclusivamente por seu trabalho, mas também pela escolarização que lhe é destinada a partir do grau de importância que lhe é atribuído, determinando

uma escolarização meramente técnica com algumas pinceladas de profissionalização ou uma escola tradicional.

Há ainda o descaso das autoridades governamentais com essa população, enquanto cresce a violência no campo com o assassinato de seus líderes e a intimidação dos demais integrantes. Quando há repasse de recursos de políticas públicas, as verbas são irrisórias frente às necessidades e demandas deste grupo.

É esse quadro que agrava as expressões da questão social no campo, precarizando, de forma contundente, as condições de vida e de trabalho da juventude campesina e do restante da população rural. Para essa juventude, inserir-se nas lutas junto com suas famílias é de extrema necessidade para manter-se viva e descolada do capital burguês que cotidianamente tenta dominá-la.

3 MOVIMENTOS SOCIAIS, A PRÁXIS EDUCATIVA E AS REDES DE RESISTÊNCIA

Neste capítulo, são feitas algumas considerações a respeito dos movimentos e lutas sociais no Brasil, assim discutem-se características que os qualificam como tais. Também é trazida a ideia dos movimentos e lutas sociais como espaços de resistência e combate à exploração própria do capitalismo e apoiada pelo Estado que financia e confere legitimidade à política de dominação da classe burguesa.

Na sequência, discute-se como ocorre, no interior da dinâmica dos movimentos e lutas sociais, a práxis pedagógica e política, identificada como componente do processo educativo informal operado por esses sujeitos coletivos junto à sociedade e como instrumento para que os movimentos e lutas sociais atinjam um significativo número de segmentos sociais em suas mobilizações.

Por último, neste capítulo busca-se refletir sobre a criação de narrativas acerca do fim dos movimentos sociais e, em sua trilha, sobre o surgimento do chamado terceiro setor que atua com respaldo do Estado burguês, desejoso em eximir-se de responsabilidades, o que facilitou o surgimento de entidades de todas as ordens, naturezas e finalidades. Igualmente como parte do enfrentamento ao desgaste dos movimentos e lutas sociais, as redes são formadas para fazer frente ao desmonte do serviço público.

3.1 Movimentos e lutas sociais: algumas considerações

Pretende-se, através deste capítulo, buscar entender a concepção de movimentos sociais na perspectiva do Serviço Social, a trajetória histórica recente dos movimentos sociais no Brasil, a importância em discuti-los, a educação e os/nos movimentos sociais, as estratégias de mobilização e lutas dos movimentos sociais e as repercussões da sua atuação na sociedade brasileira.

Para tanto, serão trazidos, como aporte teórico, os pensamentos de autores que, como Gohn (2011), Lusa (2009) e Silva (2018), constroem, também, um importante debate relativo a como se organizam ou reorganizam os movimentos sociais a partir dos anos 1980, cuja dinâmica deu origem ao que estudiosos chamaram de Teoria dos Novos Movimentos Sociais.

Esta seção busca dialogar – por meio de problematizações das mais variadas, surgidas a partir da leitura e reflexão com estas e outras/os autoras/ es, sem a intenção de criar conclusões definitivas - a respeito das classes sociais e o seu peso na constituição das ações dos movimentos sociais. Algumas indagações a enfrentar são: em que momento da sociedade ocorre a sua criação? Como se configura a estrutura organizacional e a operacionalização das manifestações? Neste processo, os movimentos se transformam internamente? É possível dizer que há um resfriamento das lutas e organização e que os movimentos sociais teriam acabado?

Primeiramente, é necessário discorrer, ainda que brevemente, sobre o conceito de movimento social, à luz do pensamento de Gohn,

Para definir movimento social devemos estabelecer algumas diferenças. Uma primeira é entre movimentos e grupos de interesses. Interesses comuns de um grupo é um componente de um movimento, mas componente não suficiente para caracterizá-lo como tal. Primeiro, porque a ação de um grupo de pessoas tem que ser qualificada por uma série de parâmetros para ser um movimento social. Este grupo tem que formar um coletivo social e, para tanto, necessita ter uma identidade em comum. (GOHN, 2000, p. 12.)

Então, uma das maneiras para conceituar movimento social é entendê-lo como um grupo, conjunto, associação de pessoas com o mesmo propósito, história de vida com fatos semelhantes para dar razão à existência em si para o movimento, de onde se extra em interesses e demandas comuns, que dão origem a um projeto de sociedade que, frequentemente, vai de encontro à lógica do capital.

Deve-se estar atento para não caracterizar todas as ações coletivas, como uma passeata ou uma ocupação, como um movimento social. Então, pode-se perguntar se no filme ‘Tempos Modernos’, quando ‘Carlitos’ pegou a bandeira do chão e saiu caminhando à frente dos manifestantes, ali havia um movimento social? Da mesma forma, pode-se indagar se as manifestações de junho de 2013 foram constituídas totalmente por movimentos sociais contestatórios à lógica do capital. A Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) é também um movimento social? As torcidas organizadas e a Marcha da Maconha constituem um movimento social?

Antes de responder a estas indagações, é necessário trazer para esta pesquisa alguns apontamentos conceituais sobre movimentos e lutas sociais. Uma consideração importante é que

[...] os “movimentos sociais”, enquanto expressões sociais e políticas da sociedade, **são resultantes do modo de produção capitalista**, tendo surgido ainda no período pós-revoluções – industrial e francesa

-, sendo o **seu aparecimento e existência intrínsecos a essa sociedade e às novas formas de exploração por ela engendrada.** (LUSA, 2009, p.73. Grifos nossos)

Note-se nesta concepção que o reconhecimento dos movimentos sociais está relacionado com a sociedade capitalista e a contradição capital-trabalho, o que significa a existência de lutas de classe.

Outra definição importante de movimentos sociais reconhece na realidade brasileira a presença de lutas sociais desde o período colonial como embriões dos movimentos sociais.

Dessa forma, as principais mobilizações populares no período colonial, antes do que antissistêmicas declaradas, foram de rejeição, de negação e de afastamento dos sistemas excludentes (como os movimentos messiânicos, movimentos separatistas, formação de quilombos e resistência indígena), ou ainda, na mesma lógica separatista, podemos lembrar o anarco-sindicalismo, que vigorou na primeira república brasileira. (SCHERER-WARREN, 2008, p. 505)

Estão presentes elementos como a organização coletiva, a existência de exploração do trabalho, a restrição de liberdade, o uso de variadas formas de violência e opressão, bem como a presença de estratégias de resistência. A resistência, inclusive, não se restringia apenas a uma forma, como a organização de quilombos, mas também estava presente em outras estratégias de como as de alguns povos indígenas. Evidencia-se aqui, de um lado, a presença de formas de exploração que visavam à produção e acúmulo de riquezas e, do outro lado, no seu reverso, a organização dos indivíduos para resistir e rebelar-se contra quem os explorava.

Em síntese, destacam-se como elementos essenciais na identificação das lutas e movimentos sociais: as formas de exploração; as estratégias de resistência; a existência de condições de vida que surgem a partir da contradição entre o acúmulo de riquezas e a exploração do trabalho; a identificação de uma situação vivida em comum e a existência de organização para rebelar-se contra ela.

A partir disso, volta-se às indagações acima: os episódios e as instituições citados refletem algum tipo de expressão social e política da sociedade para serem considerados movimentos ou lutas sociais? Podem ser considerados estratégias de resistência a formas de exploração? Que interesses defendem? Há nestes episódios ou situações algum tipo de organização voltada para a transformação da realidade vivida em comum pelos sujeitos?

Salienta-se que, geralmente, ao se organizarem, os indivíduos, identificam que possuem em comum as expressões da questão social vividas nos seus cotidianos e passam a pautar o enfrentamento de tais expressões de forma coletiva. Neste sentido é que se admite a existência de elementos básicos na constituição de um movimento social: a identificação de formas de exploração e/ou de violações vividas em comum, as quais caracterizam a sociedade capitalista; o reconhecimento de que possuem direitos, ou a identificação de um ou mais direitos a serem conquistados, ou ainda, a necessidade de superação de uma condição ou situação da realidade. E, por fim, a construção de estratégias compartilhadas de organização para resistir a uma ameaça ou para transformar a realidade, que, por vezes, torna-se luta para transformar a própria sociedade.

Ao fazer tal afirmação, não se retira a legitimidade de muitos coletivos que organizam e produzem importantes lutas sociais, as quais, muitas vezes, também questionam o modelo de sociabilidade burguesa ou o modelo de Estado, como se viu recentemente com a constituição das 'torcidas antifascistas' de times de futebol. Estes coletivos têm uma atuação relevante, porém não são movimentos sociais, uma vez que não compartilham os elementos básicos que perfilam os movimentos sociais tratados acima, por isso não serão aqui abordados.

Na perspectiva do Serviço Social, na atuação dos movimentos sociais o que mais se destaca são os conflitos entre a classe trabalhadora e a burguesia, cada qual lutando pelos seus interesses. Não significa dizer que a primeira somente estará em luta por direitos relativos à relação restrita ao trabalho, pelo contrário, a classe trabalhadora organizada em movimentos sociais está em busca de direitos dos mais diversos, que se interligam conforme os interesses de cada setor de classe, intercalando-os com ações educativas, que produzem repercussões na economia, na recuperação do meio ambiente, na qualidade de vida, entre outros.

Neste embate ficam evidentes os efeitos destrutivos das ações do capital, que, no Brasil em particular, atuam para evitar e/ou enfraquecer a consolidação das conquistas constitucionais, como pondera Silva.

As contradições fundantes do modo de produção capitalista geram uma série de desigualdades, tanto na esfera produtiva como na de consumo. Essas desigualdades, por sua vez, acabam resultando em diferentes formas de organização da classe trabalhadora a fim de modificar ou superar a ordem social vigente. Essas organizações se manifestam por meio das mobilizações e lutas sociais que

representam um processo de disputa pela hegemonia ideológica e política na sociedade civil. (SILVA, 2018, p. 47)

Cada classe social terá a sua ou as suas organizações, a fim de defender os seus interesses baseados em suas demandas e/ou necessidades, onde os conceitos para todos os indicadores mudam conforme o contexto histórico. A cada momento histórico, alguns segmentos de classe terão mais ou menos experiência para lidar com as situações e produzirão enfrentamentos mais ou menos efetivos em termos de mudanças. Disso resultam os mais variados cenários, uma vez que as lutas desses segmentos de classe produzem modificações ou, então, manutenções na dinâmica da sociedade.

Em se tratando de movimento social, é importante reconhecer que os movimentos da classe trabalhadora deram o norte para que os segmentos internos da classe se organizassem em prol dos direitos seus e de terceiros. Isso requer reconhecer que, através dos eventos ocorridos principalmente no século XIX, após a Revolução Industrial, os movimentos classistas e sindicais deram a tônica aos movimentos sociais que caracterizarão as lutas do século XX. Enquanto os movimentos classistas possuem temas voltados para a grande luta entre o proletariado e a burguesia, os movimentos de século XX se organizarão a partir demandas mais ampliadas, o que não significa que tivessem perdido o caráter de classe.

Dada a polaridade de interesses acima citada, é de suma importância discutir os movimentos sociais, tanto em relação a sua origem e atuação, quanto no que tange à importância dos desdobramentos das suas ações de enfrentamento e, principalmente, no que se refere aos sujeitos da ação final e às vanguardas que estão na linha de frente. Eles só acontecem quando seus/suas integrantes - sujeitos afetados negativamente pelas ações do capital - identificam-se realmente com a causa, não estando só de corpo presente para uma ação relâmpago, mas ideologicamente identificados com a maior parte da programática da organização.

3.2 As práxis pedagógica e política dos movimentos sociais

É relevante destacar o processo educativo que acontece na dinâmica de organização e mobilização dos movimentos sociais e que não se refere somente a

educação formal tal como é conhecida. Significa afirmar o caráter educativo de estar em um movimento social, de fato, comprometido com a ideologia de classe. Isso porque a educação ampliada vai além da sala de aula das instituições escolares, ela acontece dentro do cotidiano da organização e dos sujeitos envolvidos.

De pronto, esclareço: para nós, a educação não se resume à educação escolar, realizada na escola propriamente dita. Há aprendizagens e produção de saberes em outros espaços, aqui denominados de educação não formal. Portanto, trabalha-se com uma concepção ampla de educação. Um dos exemplos de outros espaços educativos é a participação social em movimentos e ações coletivas, o que gera aprendizagens e saberes. Há um caráter educativo nas práticas que se desenrolam no ato de participar, tanto para os membros da sociedade civil, como para a sociedade mais geral, e também para os órgãos públicos envolvidos – quando há negociações, diálogos ou confrontos (GOHN, 2011, p. 336).

As ações dos movimentos ecoarão sempre em práticas pedagógicas para os sujeitos, direta ou indiretamente envolvidos nelas. Significa dizer que elas, possivelmente, refletirão primeiramente no grupo no que se refere a estar atento e perceber as contradições cotidianas. Tais ações também produzirão repercussões na sociedade, que vivenciará, muito ou pouco, algum tipo de transformação ou de informação. Assim, este aprendizado, que não fica retido no movimento, espalha-se para toda a sociedade, porque o ato educativo acontece de forma aberta e na maioria das vezes bem explícito, suscitando indagações de espanto, revolta, reflexão ou até mesmo desdém pelo fato de não estar atenta/o aos acontecimentos sociais.

A imersão no processo pedagógico provoca, naturalmente, em todos os indivíduos implicados, um processo reflexivo que parte da percepção da distância existente entre esses indivíduos e a realidade que se apresenta, tendo em vista uma sociedade mais equitativa e desejada.

A filosofia da práxis, ao contrário [...], não deve ter propensão à manutenção dos “simples” na sua filosofia primitiva; e “se ela afirma a exigência do contato entre os intelectuais e os simples não é para limitar a atividade científica e para manter uma atividade no nível inferior das massas”; ao contrário, Gramsci pensa um projeto educativo capaz de conduzir os simples para uma **concepção superior da vida**, a fim de “forjar um bloco intelectual-moral que torne politicamente possível um **progresso intelectual de massa** e não apenas de pequenos grupos intelectuais”[...]. Isso só poderá acontecer se a relação dialética intelectuais-massa for uma relação de tradução de emancipação através da práxis política (LIGUORI e VOZA, 2017, p. 234. Grifos nossos.).

A manifesta ideia de elevar o nível de vida e o progresso intelectual da massa dos indivíduos socialmente excluídos é o que pode contribuir para a emancipação do sujeito, sendo isso, por si só, aos olhos dos grandes capitalistas, uma grande afronta à tradição, à família e à propriedade. Quando é elencada, ganhando outro contorno, a pauta de luta dos movimentos sociais evidencia a verdadeira face do monopólio capitalista que, em conluio com o Estado, promove grandes e significativas perdas às/aos cidadãs/ãos e, por tabela, às parcelas mais descapitalizadas sociedade.

Os ensinamentos vivenciados nas práticas dos movimentos fortalecem os entendimentos que seus/suas participantes trazem - já sedimentados - a respeito de liberdade, dignidade, cidadania participativa e respeito às várias diversidades que encontramos dispersas na sociedade. Sendo assim, pode-se entender, ainda, que os indivíduos nos movimentos sociais são sujeitos em constante construção, dado o fato de que as sociedades são verdadeiros organismos vivos, que estão em constante processo de transmutação.

Os atores das organizações, a partir de suas práticas pedagógicas, produzirão intervenções na cultura concretada pelo aprendizado. Com isso, haverá a produção de uma práxis verdadeira. Neste processo, terão produzido modificações na consciência de classe, o que implicará ampliar a visibilidade dos conflitos de classe, bem como as contradições da reprodução da classe trabalhadora no capitalismo vigente. Isso repercute, inclusive, na identificação e denúncia de que o Estado opera negociações para privilegiar as forças políticas representativas da burguesia, o que pode levar a tencioná-lo pelo contrário, para que responda às demandas da classe trabalhadora.

Sem dúvida alguma, pode-se afirmar que isto é a práxis: lutas, conflitos, reflexões, trocas constantes de conhecimento e a experiência coletiva originária da força condutora de não mais encontrar-se no mesmo lugar, dando sentido material à palavra movimento, produzindo a educação cidadã e participativa, com efeito. De maneira efetiva, os movimentos sociais tendem a ganhar mais vigor quando dão ênfase à educação em cada uma das suas atividades, o que os qualifica para a próxima ação, dando ainda mais consistência para o fortalecimento das consciências de classe e social. De nada valem intermináveis reuniões, protestos, manifestações, confrontos com a polícia, se nada ou simplesmente algumas peças do jogo mudarem e o agravamento das expressões das questões sociais continuar acontecendo. Reconhecer a constituição dos movimentos sociais a partir da sua cultura política

possibilita problematizar se determinado grupo é ou não é um movimento social e se há algum grupo capitalista se escamoteado nesse meio.

As práticas educativas nos movimentos sociais serviram muito para a reconfiguração dos mesmos, ampliando e atualizando as suas pautas de reivindicações, dando visibilidade aos mais variados grupos sociais que, até então, viviam excluídos e marginalizados. São exemplos desses grupos e suas pautas: indígenas, mulheres periféricas, população negra, catadores de recicláveis, políticas de ação afirmativa, orçamento participativo, lutas por moradias entre outros tantos pelo Brasil a fora.

Os movimentos sociais são um verdadeiro manancial de possibilidades pedagógicas, que dão vazão para ampliar a “capacidade de análise e reflexão sobre determinada realidade complexa” (SCHÜTZ, 2004, p. 144) da atuação frente à causa defendida. Território de novos saberes, partilha de conhecimentos, onde os sujeitos não são reificados para atender ao mercado. Mesmo o autor tratando dos movimentos sociais populares⁵, pode-se confortavelmente estender tais pressupostos aos demais movimentos – como, por exemplo, os movimentos sindicais – porque todos estão na contramão do capital monopolista e do Estado, que deseja se desresponsabilizar das políticas públicas sociais.

A educação, assim como as conquistas e derrotas, repercute no espírito de cada indivíduo e na coletividade, mas mesmo assim não tira o ânimo da busca pelo sentido emancipatório das lutas. Deste modo, é fortalecida com os processos educativos um tipo de resistência que é antagônica à lógica dos capitais, os quais visam ao lucro extremo a todo e qualquer custo, sem, ao menos, plantar um pé de qualquer coisa, sem a mínima problematização dos seus métodos e artimanhas.

Assim, é possível uma formação mais sensível em detectar expedientes nefastos à classe trabalhadora, que, no bojo das lutas, acaba sofrendo, pesadamente, todas as consequências advindas do binômio associativo capital-estado. Tais feitos, por vezes, acabam redundando na fragilização dos movimentos, de sua organização e de suas lutas, causando abalos com sérias cisões. Por consequência, nota-se a criação de movimentos sociais que vão trabalhar a especificidade mais miúda das

⁵ Movimentos sociais populares são aqueles organizados segundo a lógica das populações periféricas, os quais privilegiam a fala da classe trabalhadora, que é a mais aviltada dos seus direitos e do acesso de bens e serviços (SCHÜTZ, 2004).

lutas, perdendo a capacidade de analisar a realidade numa perspectiva de totalidade e de atuar em frentes mais amplas de resistências.

3.3 O mito do fim dos movimentos sociais e o surgimento do terceiro setor

Foi no contexto da reabertura democrática da década de 1980 que muitos grupos sociais ganharam força e significativa expressão nos processos de luta e de representatividade, ocasionando mudanças conceituais e de atuação, o que podem ser observados na década seguinte.

Neste sentido, é preciso perceber a dinâmica que se ampliou na década de 1990, quando se difundiram práticas organizativas que se diziam constitutivas da sociedade civil independente e que vinham substituir os movimentos sociais. Foi este um dos momentos mais intensivos de difusão das Organizações Não Governamentais (ONG), Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e Organização Social (OS), que constituem o que se denomina por terceiro setor. A ampliação do terceiro setor está ligada à criminalização dos movimentos sociais e à pregação do seu fim na história da sociedade. Em verdade, o objetivo desta ideologia de criminalização e extinção dos movimentos sociais é contribuir para a reforma do Estado e a intensificação da precarização na oferta dos serviços públicos. Atualmente essas instituições ampliaram ainda mais a sua atuação, através das parcerias público-privadas para prestação de serviços que, originalmente, seriam de responsabilidade do Estado.

A relação com o Estado também mudava. A Constituição de 1988 incentivou a criação de canais formais para a participação de setores da sociedade civil no que diz respeito às políticas públicas. Foram criados os conselhos gestores de políticas públicas e, como iniciativa municipal, os orçamentos participativos. Em geral, a ação direta, em forma de passeatas e protestos, por exemplo, perdeu força. Com a democratização, os movimentos - principalmente os populares - perderam a centralidade (LERBACH, 2011, pp. 58 – 59).

Avistava-se, desde então, um princípio de desresponsabilização por parte do Estado. O contexto era ainda agravado pela globalização e os seus reflexos negativos para a classe trabalhadora, pela flexibilização dos direitos trabalhistas, pela desnacionalização da economia e escoamento das riquezas, inclusive com o aumento da dívida pública, pelo crescimento da informalidade e privatizações.

Tudo isto foi reforçado por uma aparente desmobilização dos movimentos sociais e pela deslegitimação dos conselhos gestores de políticas públicas, como instrumentos de ampliação e de atuação de segmentos historicamente excluídos dos espaços de decisão política. Concorreu para o cancelamento dos espaços de controle social o fato de que eles têm seus conselheiros escolhidos pelas organizações da sociedade civil, que, muitas vezes, são os movimentos sociais. Foi pela história de luta dos movimentos sociais e de suas comunidades que os espaços de controle social se fortaleceram e, por isso, acabaram se tornando alvo dessa deslegitimação e criminalização, uma vez que, em tese, interferiam nas tomadas de decisão nas políticas públicas sociais.

Atualmente, visualiza-se no rastro destes acontecimentos, a atuação de instituições do chamado terceiro setor e a difusão do ideário das suas 'boas práticas', associado à santificação do voluntariado. Outro equívoco intencional é a confusão na identificação dos chamados novos movimentos sociais com este terceiro setor. Esta confusão não é totalmente gratuita, pois há muitos coletivos que começam sua trajetória de lutas como movimentos sociais e que, depois, criam, em torno de si, certa institucionalidade, quando se transformaram em entidades desse terceiro setor, a fim de capturar o fundo público através das parcerias público-privadas. Entende-se que há nesta relação uma arriscada promiscuidade, que tem por pano de fundo o desmantelamento das políticas públicas sociais, o que precariza a vida das populações em situação de vulnerabilidade social. Salienta-se que, em verdade, não se sabe exatamente onde estão essas entidades travestidas de movimentos sociais, nem como estão interferindo na realidade social do público que atendem. Tal situação tem se tornado ainda mais grave, sempre que essas entidades travestidas de movimentos sociais conquistam a adesão do público com o qual trabalham, sem problematizar a natureza do atendimento, o que contribui para a desresponsabilização do Estado.

Entende-se que este processo configura uma estratégia consciente maquinada pelas elites – que se instalam no Estado e usurpam de sua estrutura para promover seus interesses – com vistas ao enfraquecimento dos movimentos e lutas sociais. A estratégia dá-se pela divisão desses coletivos de lutas, pela cooptação de algumas lideranças menos comprometidas, a fim de fragilizar a sua organização e retirar-lhe a legitimidade. Deve-se dizer, inclusive, que tais ações buscaram caracterizá-los no âmbito legal como organizações terroristas. É necessário registrar que o processo que

levou à aprovação da Lei antiterrorismo (Lei nº 13.260/2016), que é utilizada para criminalizar e combater os movimentos sociais, foi iniciado como resposta institucional dos governos petistas às manifestações políticas ocorridas após junho de 2013 (PILATTI, 2016).

Evidencia-se, assim, a existência de um firme propósito, qual seja de enfraquecer ainda mais a organização dos setores da classe trabalhadora, fragilizando, inclusive, a sua atuação por meio do controle social, a ponto de chegarem aos patamares das décadas de 1980 e 1990. Exemplo disso foi o Decreto Nº 9.759, de 11 de abril de 2019, pelo qual o governo federal extinguiu os conselhos de políticas públicas e outros afins. Tal feito poderá debilitar processualmente toda a rede, que já vem sendo profundamente precarizada. Assim, descaracteriza-se a Constituição de 1988, na qual a participação popular é constantemente enaltecida e tida como primordial para criação efetiva de um projeto de sociedade.

Os conselhos, que são instâncias de negociação, de disputa, de pactuação entre a sociedade civil e o Estado na elaboração das políticas públicas, correm o mesmo risco dos movimentos sociais no que tange à destituição da sua legitimidade como sujeitos coletivos de transformação social. O conjunto de colegiados elencado no Decreto acima citado, ajudou a criar uma verdadeira rede de atuação e de resistência frente aos desmandos que visam a impedir a sequência de ações desencadeadas toda vez que a sociedade civil se manifesta através de seus representantes legais.

Dito isto, é importante salientar que os espaços de controle social se configuram como lugares de fortalecimento de pautas coletivas advindas de diversos movimentos sociais. Nas últimas décadas, os movimentos sociais avançaram na construção autônoma de outros espaços de fortalecimento da organização e de lutas coletivas, através da criação de redes de movimentos. Ainda que os espaços de controle social não se confundam com os espaços criados com as redes de movimentos sociais, ambos carregam em si a potencialidade política de tensionamento do Estado e da sociedade para a transformação da realidade.

Ainda é necessário dizer que a ofensiva contra os movimentos sociais, operada grandemente pela criminalização de suas lideranças e lutas, contribui significativamente para a fragmentação destas organizações. Outras vezes, contribui para a reorganização das suas lutas ou mesmo para o redirecionamento dos seus objetivos e pautas. De uma ou outra forma, esta ofensiva, associada ao contexto

neoliberal e de regressão de direitos, faz com que se passe a reconhecer um novo perfil para os movimentos e lutas sociais, chamados de ‘novos movimentos sociais’.

Hoje, vemos o agravamento da criminalização dos movimentos sociais, o recrudescimento da violência estatal, o aumento da pobreza e das desigualdades sociais, o que significa o aprofundamento das expressões da questão social. Este movimento é, de certo modo, inverso à dinâmica pública instalada pela relação Estado e sociedade civil em meados dos primeiros 15 anos do século XXI. Trata-se, hoje, de um movimento político, econômico, cultural e social revisionista e autoritário, que deseja rivalizar com as ações do início dos anos 2000 até meados de 2015, quando ocorre o golpe político-jurídico-midiático que destitui a Presidente Dilma Rousseff. A tônica destes 15 anos dos governos petistas foi o combate à pobreza, com a implementação de robustas políticas públicas sociais, no comparativo histórico com os governos anteriores. Isso tudo produz uma mudança social significativa, que retira da miséria e da pobreza um importante contingente populacional, todavia, no seu lado inverso a estratégia governamental faz as elites enriquecerem ainda mais, aumentando seu poderio político, econômico e social. Neste sentido, há de se dizer que as desigualdades sociais não diminuíram e, infelizmente, foi este quadro que contribuiu para o golpe acima mencionado.

Neste contexto se propaga o mito do fim dos movimentos sociais, conjugado com a sua criminalização. Evidencia-se com a discussão aqui realizada, que esta foi mais uma estratégia das elites capitalistas no confronto com os setores da classe trabalhadora. Tal estratégia deve ser compreendida de forma bastante articulada ao fortalecimento do chamado terceiro setor. Juntas, tais estratégias concorrem para o aumento do poder das elites e para a desresponsabilização do Estado burguês. No polo diametralmente oposto, nota-se a criação de novas estratégias de resistência por parte dos movimentos e lutas sociais, tais como as redes de movimentos, que é o próximo tema a ser aqui abordado.

3.4 Redes de resistentes correntes de lutas

Para dar continuidade às suas lutas, os movimentos sociais criaram outras estratégias organizativas através das redes de movimentos sociais, potencializando, assim, o resultado das suas ações e colaborando com as práticas pedagógicas voltadas aos seus integrantes. Destarte, a partir dessas redes, articulam-se na

produção de saberes diversos e de pautas que respondam às demandas de outros indivíduos, que também têm seus direitos severamente ameaçados.

Sendo assim, os movimentos sociais, por sua natureza, são formadores, transformadores e fortalecedores destas redes, uma vez que, interligados podem, com bastante efeito, transformar a vida das pessoas - sujeitos de fato e de direito - e, por conseguinte, das sociedades.

A construção dos nexos políticos ocorre fortemente, segundo Scherer-Warren (2008), através de fóruns e redes locais privilegiados pela presença e escuta dos sujeitos-base dos movimentos. Nessas instâncias organizativas podem articular-se com outros movimentos que compartilham a mesma demanda, ainda que com outras experiências de enfrentamentos e embates. Dessa maneira, conseguem transportar suas pautas para o meio político de forma mais expressiva. “Os fóruns da sociedade civil organizada e as redes interorganizacionais, ou coletivos em rede, têm sido espaços privilegiados para a construção desses nexos políticos [...]” (SCHERER-WARREN, 2008, p. 507).

Tais fóruns da sociedade civil têm forte nexo de ligação com os conselhos gestores de políticas públicas, dada a natureza das reivindicações que lhes chegam. Eles dialogam, através das suas culturas de atuação, com o reconhecimento de ambos os lados, no sentido de que um necessita do outro para fazer frente aos seus adversários políticos. As redes enriquecem em muito o diálogo entre os atores, dada a grande diversidade de movimentos que se encontram nela e através dela, garantindo o protagonismo e a operacionalidade destes.

Além disso, através delas podem-se buscar parcerias fora dos movimentos, para atingir os seus objetivos com mais fluidez, dando mais robustez às práxis pedagógica e política, privilegiando, em primeiro plano, lutas de cunho reivindicatório pacífico e não fragilizadas pela falta de capital suficiente para se manterem.

Há de se considerar que muitos movimentos sociais, a fim de se manterem organizados e com recursos para suas lutas, vão desenvolver atividades de produção, inserindo-se na economia local, geralmente na perspectiva da economia solidária. Um dos exemplos mais evidentes é o Movimento de Trabalhadores Sem Terra (MST), que tem, dentre as suas bandeiras de atuação, a inserção econômica baseada em relações de produção na agricultura que visam à autonomia e à cooperação entre as famílias do movimento. Assim, a partir desta estratégia, se fortalece a economia local, amplia-se a rede de contatos e de atuação dos movimentos e coletivos sociais,

divulga-se o trabalho desenvolvido, recriam-se as estratégias de luta e tudo isso melhora as relações com as populações nos territórios.

As redes são mais do que um meio de comunicação e de troca de olhares – em toda a acepção do termo. São instrumento de mediação e de ressignificações reais às/aos suas/seus componentes, podendo abarcar todas as diversidades e complexidades encontradas nas sociedades modernas. A transversalidade desta complexa malha de demandas sociais e econômicas, muitas vezes, não é suportada por alguns movimentos sociais que não estão acostumados com os meandros dos embates com as corporações capitalistas e estatais, sendo este um fator de mudanças em suas pautas e lutas.

Defender a cidadania, como fazem os movimentos e as redes de movimentos sociais, sem ter algum tipo de anteparo, é algo muito ousado, pois o mercado de capitais e o Estado (fiador-mor dos capitais) compõem uma equipe muito bem engendrada, na intenção de dar vazão à sua sanha exploradora da mão de obra. O anteparo é, em verdade, a produção de alternativas ao mercado e ao modelo de Estado, o que, muitas vezes, significa a criação de estratégias não capitalistas.

Sabemos que novos fios estão tecendo novas sociabilidades que precisam ser desvendadas, mas permanecem atuais os profundos e vastos sofrimentos gerados por uma ordem societária assentada na exploração de poucos sobre muitos, como pode observar anos atrás na vida das classes subalternas. (YAZBEK, 2009, p. 10)

Yazbek escreveu em 1993, hoje estamos em 2020, quase trinta anos depois, num contexto que se agrava pela Pandemia da COVID-19, e o quadro está se agravando ainda mais, pelas reiteradas crises criadas pelo capitalismo, como, por exemplo, a crise ambiental e a crise sanitária.

Considerando este cenário desolador, é imprescindível que os movimentos sociais, enquanto sujeitos coletivos, proponham alternativas que façam frente às estratégias do capital. As redes de movimentos sociais podem fortalecer a proposição e efetividade dessas estratégias alternativas, resultando disso a sua importância. Portanto, para finalizar este capítulo, salienta-se o reconhecimento de que as redes de movimentos sociais podem ser também tratadas como redes de resistentes correntes de lutas.

4 JOVENS RURAIS NOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Este capítulo busca adentrar no universo da vida das juventudes do campo articuladas em movimentos sociais iniciando pela juventude camponesa identificada como uma juventude engajada. Na sequência são trazidos apontamentos sobre as juventudes rurais em seu perfil e lutas cotidianas de gênero e raça/cor/etnia, bem como seu acesso e demandas por educação. Desenvolvem-se considerações que sinalizam as lutas, conquistas e desafios das juventudes do campo articuladas em movimentos sociais, especialmente observadas a partir da experiência da juventude participante do Movimento de Trabalhadores Sem Terra (MST). Ainda, considerando-se a área de formação profissional deste autor, entende-se como fundamental trazer alguns apontamentos sobre a relação entre o Serviço Social e os Movimentos Sociais a partir da produção de conhecimento, da formação e do trabalho profissional.

4.1 Uma juventude engajada

Os/as jovens rurais formam uma importante categoria de análise, em se tratando de cidadania e identidade social, mas quando estão devidamente estabelecidos nos movimentos sociais, dão uma relevância ainda maior às lutas do território. Estando sempre alertas e engajadas nas lutas referentes às suas pautas.

São atores que não agem por mero impulso ou porque está na moda entrar para os movimentos sociais e ficar atenta/o aos agravamentos das expressões da questão social, não só em seu território, mas no país.

Os atores sociais manifestam interesses sociais, econômicos, políticos, culturais, além de outros, de forma articulada, via de regra expressos por meio de formas perceptíveis, legítimas e geralmente regidas por legislação, normas, estatutos ou regimentos. (GEHLEN, MOCELIN, 2018, p. 39)

Pode-se, também, entender que esses indivíduos não são autômatos, logo sabem de que precisam e de que maneira buscar sanar suas necessidades posicionando-se frente aos desmandos do capital, situando-se no embate entre as classes burguesa e trabalhadora, buscando respostas para as questões contidas na desigualdade social no campo e nas cidades; questões que têm a ver com o universo social tais como: os espaços ocupados pelas mulheres - bem como o reconhecimento dessa ocupação -, a educação formal e de qualidade no seu próprio território, a não

invisibilidade destes sujeitos na cadeia de produção na geração de trabalho, emprego e renda.

Essas questões podem afetar tais indivíduos tanto por inexistência, quanto por precariedade e precarização, mostrando a verdadeira face das desigualdades sociais no campo e entre o meio rural e o urbano. Quanto às políticas públicas sociais, poucas são as que obtêm algum sucesso ou se efetivam sendo incomparáveis os números quando se referenciam as áreas urbanas onde, com muito maior incidência encontram-se políticas públicas sociais que atingem êxito e publicidade.

Também importante observar em relação à atuação da juventude nos movimentos sociais, é o seu protagonismo, que não é de hoje:

Se, até os anos 1970, os atores juvenis estavam praticamente restritos aos jovens estudantes de classes médias e às juventudes partidárias, nas décadas seguintes surgem várias formas de movimentação entre jovens dos mais distintos setores sociais. Durante o período, podem-se identificar no Brasil grupos, redes e movimentos juvenis que, de maneiras fluidas, horizontalizadas, dinâmicas e multicêntricas, desenvolvem ações na dimensão da cidadania. (BRASIL, SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE, 2014, p. 117)

Evidencia-se no cenário social a importância da presença da juventude, que se diversifica em seu perfil passando a se articular em grupos e coletivos, organizando pautas de lutas, especialmente juvenis. Estes jovens passam a reivindicar uma participação social e política efetiva na sociedade, que, algumas vezes é organizada em movimentos próprios de juventude e outras vezes insere-se em movimentos sociais mais amplos.

Em sua militância nos movimentos e lutas sociais esses jovens passam a requisitar um lugar de fala próprio da juventude, também carregado de sentido político, entendendo a si próprios e a suas lutas como instrumentos de transformação social. Essa dinâmica não caracteriza apenas os movimentos de juventudes, mas também outros movimentos sociais do período.

Constatamos a existência de diferentes discursos a respeito da política ligados aos modos de saber-fazer de cada um dos grupos que dialogam na medida em que a política é compreendida como um instrumento de transformação social e da própria constituição dos sujeitos. (MESQUITA; OLIVEIRA, 2013, p. 379)

Através da política, usa-se este importante “instrumento de transformação social”, que é a atuação coletiva, tal qual na década de 1970, através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que vão contribuir com o surgimento e organização de vários movimentos sociais.

Nessa dinâmica de mobilizações, um sujeito coletivo importante para as lutas sociais e que passa a ter expressão política e social é a juventude rural. Essa juventude vem se estruturando para atuar nos espaços – de fala e de direito – conquistados nos movimentos sociais, a fim de manter a sua identidade etária e territorial, ampliar as suas conquistas e não ser calcada pelo peso das consequências determinadas pela reprodução do capital. Tem nos seus debates as mesmas pautas das juventudes dos centros urbanos, como gravidez na adolescência, uso de álcool e outras drogas no cotidiano.

Assim, o desafio colocado para os movimentos sociais, organizações e o poder público é de incluir temas como sexualidade, métodos contraceptivos, atendimento a jovens pais e mães solteiros, ao lado de pautas mais reconhecidas como o acesso à educação e a terra, em sua pauta de discussão, como demandas apresentadas pela juventude rural. (CASTRO *et al.*, 2009, pp. 4 e 5)

Desta maneira, pode-se entender que a juventude rural envolvida em movimentos sociais também carece de atenção em várias questões da vida cotidiana, assim como as juventudes dos territórios urbanos. As bandeiras de lutas são quase as mesmas, ainda que se particularizem em algumas pautas. Em suas redes de atuação acabam se encontrando e fortalecendo-se em suas singularidades. Assim, ambas as juventudes - rurais e urbanas - lutam por um futuro para si e para a sociedade de forma geral, onde sejam reconhecidas como detentoras autônomas, de fato e de direito, de suas vidas.

Partindo da consideração de que existe um nexo de ligação dialético entre campo e cidade, que não se constituem como lugares separados (fragmentados) da sociedade, chega-se à percepção de que também há uma articulação dialética campo-cidade no que tange à presença e movimentação das juventudes. Isso quer dizer que seus territórios estão permeados de compatibilidades, pois os jovens urbanos também estão rumando para o meio rural ou buscando reproduzir este meio nos limites das grandes metrópoles.

4.2 Juventudes rurais: gênero, educação e raça/cor/etnia

4.2.1 Uma questão de gênero

Neste subitem do capítulo as juventudes rurais são estudadas a partir do seu perfil de gênero, raça/cor e escolarização, entendendo-se que para falar sobre seus

processos mobilizatórios e de lutas, antes é preciso conhecê-las. Para isso, serão utilizados dados de fontes secundárias, especialmente da pesquisa produzida por Castro et al. (2009), que trata sobre a juventude rural dos movimentos sociais no Brasil.

Quanto a gênero e idade, o trabalho de Castro et al. (2009, p. 4), fornece dados através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD – IBGE, 2006), conforme sistematizado no quadro abaixo.

Tabela 1 – Mostra populacional jovem entre homens e mulheres

Faixas de Idade (em anos)	Home m	Mulher	Hom em %	Mulher %
Até 14	4.949.232	4.691.417	30,32%	31,34%
15 a 17	1.052.360	936.948	6,45%	6,26%
18 a 21	1.194.574	1.051.882	7,32%	7,03%
22 a 25	1.069.776	950.403	6,55%	6,35%
26 a 29	943.859	874.416	5,78%	5,84%
30 a 32	680.020	611.422	4,17%	4,08%
33 e mais	6.432.364	5.855.293	39,41%	39,11%
Total	16.322.185	14.971.781	100,00%	100,00%

Fonte: Castro et al (2009, p. 04), com base nos dados do IBGE/PNAD, 2006.

Os dados da Tabela 1 mostram que pouco menos de um terço da população rural é jovem e que há um equilíbrio populacional entre os gêneros. Apesar desse equilíbrio numérico, as mulheres jovens estão exercendo um papel de bastante destaque. Sua atuação não se limita às questões do trabalho braçal, fazendo-se também nas organizações e lutas feministas contra a violência doméstica e a misoginia, em defesa da saúde, da maternidade e outros. Deve-se considerar que esse perfil de lutas das jovens rurais resulta do fato de que o campo também é um local de desrespeito dos direitos das mulheres e de uma cultura de subalternidade das mulheres em relação aos homens.

Neste sentido, importa considerar que as próprias militantes dos movimentos específicos de mulheres do campo afirmam que criaram movimentos com a participação apenas de mulheres (de todas as faixas etárias, geralmente), por perceberem que durante a atuação em movimentos sociais gerais do campo, ou movimentos sindicais do campo, não conseguiam exercer a liderança, pois ela era sempre destinada aos homens. Esse é um dos motivos principais que as leva a criar movimentos de mulheres rurais, como, por exemplo, o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) (CASTRO et al., 2009; LUSA, 2011).

Em espaços de lutas heterogêneos, o não reconhecimento de que as mulheres sempre fizeram parte da luta pela terra, a sua postura em busca de emancipação em relação aos homens dos movimentos e ao sistema capitalista, patriarcal e racista foram determinantes para que as mulheres do campo se organizassem em movimentos sociais próprios.

Ao adotarem a postura de dominação e destinarem às mulheres especialmente os trabalhos domésticos – que as prendem mais às lidas da casa, os homens contribuíram para inviabilizar a elas a possibilidade de continuidade dos estudos. Além disso, no campo, o modelo de dominação patriarcal tornou as mulheres invisíveis no plano dos direitos sociais, requerendo delas organização e luta para que lhes fossem reconhecidos os direitos relativos à saúde e à previdência social⁶. Seguindo o dito popular de que “quem não é vista, não é lembrada”, entende-se que o processo de legar a elas o pleno esquecimento e a invisibilidade foi uma das formas que a burguesia encontrou para exercer sua exploração, dominação e opressão, especificamente em relação às mulheres do campo.

O processo de conquista e construção de seu espaço nos movimentos camponeses foi pautado por um sem número de enfrentamentos, tanto interna, quanto

⁶ Neste sentido, a década de 1990 foi um período de grande destaque em relação à luta, mas também no que tange às conquistas sociais. Conquistou-se, além da visibilidade pública do Movimento, o reconhecimento da profissão e da cidadania das mulheres agricultoras – referindo-se ao termo utilizado pelo Movimento naquela época - e dois dos principais direitos previdenciários: o direito à aposentadoria rural e ao salário maternidade. Conforme a militante Luci, que naquele período exerceu um mandato como Deputada Estadual e dois como Deputada Federal, pelo Estado de Santa Catarina, ‘uma das maiores conquistas foi a da aposentadoria rural para as mulheres aos 55 anos e para os homens aos 60 anos, com a garantia de um salário mínimo. Então, vejo que ela representa uma das formas de distribuição de renda [...]. Já a conquista do direito ao salário maternidade, significa [...] o simples reconhecimento da maternidade e de que essa função de cuidados com os filhos não é somente de responsabilidade da mulher, mas é da família e de toda a sociedade, pois se os seres humanos não nascerem mais, a sociedade logo se acaba. Então é o reconhecimento da função social da maternidade’ (Florianópolis, Setembro de 2009). (LUSA, 2011, p. 300).

externamente. Não basta ser só uma boa agricultora, tem que ser boa manifestante. A sociedade exige delas uma prole, um casamento, mas não está disposta a escutá-las a respeito das suas demandas sociais. Igualmente, nega por completo, o direito ao seu lugar de fala. Mesmo assim, as mulheres do campo, inclusive as jovens, romperam as correntes do inconformismo, organizaram-se e foram à luta, posicionando-se contra toda e qualquer forma de exploração, violência e desigualdade social e de gênero.

Através do coletivo LGBT do MST, por exemplo, nota-se, em alguns estados, significativa ampliação, nas pautas do movimento dando-lhe fôlego em relação à articulação com as lutas gerais de outros movimentos sociais, dando mostras de que não parou no tempo. Isto lhe confere, de certa maneira, mais confiança por parte de suas/seus integrantes e novas/os participantes, possibilitando um lugar de fala com reconhecimento das múltiplas identidades, o que leva a um comprometimento mútuo. Abaixo apresenta-se uma imagem que ilustra a presença do debate e da militância LGBT dentro do movimento.

Imagem 1: A Reforma Agrária Popular também é LGBT



Fonte: Coletivo de Comunicação da Bahia. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/10/29/curso-online-do-mst-discute-a-luta-lgbt-ao-longo-da-historia-social-do-brasil/>.

O fragmento de release de um curso do MST demonstra a permeabilidade das discussões LGBT pelo Movimento de juventude rural.

O curso reúne militantes de movimentos sociais, aliando teoria e prática, aos estudos e desenvolvimento de uma consciência política que procura assegurar mais protagonismo às pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (LGBT). E na tentativa de estabelecer novas formas de relações sociais, mais diversas e unitárias na sociedade atual. (ENGELMANN, 2020)

Esta notícia é uma franca amostra de que os militantes de movimentos sociais do campo, dentre os quais os jovens, veem-se responsáveis por discutir e propor encaminhamentos para muitas situações que se traduzem em expressões da questão social também no campo. Assim, evidencia-se que não é seu desejo ficar às margens dos acontecimentos e nem fortalecer as engrenagens do capitalismo, que vê nos grupos e coletivos invisibilizados mais uma forma de dominação. É imperioso que as populações, seus movimentos e organizações, problematizem a sua realidade e as suas expressões da questão social, fazendo um contraponto às pautas gerais da sociedade.

É imperioso também reconhecer que as invisibilidades que esses sujeitos - tais como as juventudes rurais ou as mulheres do campo - sofriam até então acabavam por negar-lhes a sua existência e o seu pertencimento, o que, por extensão, era uma explícita negação de direitos. Estar junto a estes sujeitos, sem lhes retirar a representatividade e o lugar de fala e sem querer tutelá-los, é um grande desafio para os apoiadores e/ou trabalhadores que atuam junto aos movimentos e lutas sociais, inclusive de juventudes. Esta é a tarefa dos intelectuais orgânicos, na perspectiva gramsciana, podendo ser o/a assistente social um desses trabalhadores.

4.2.2 *Educação para quem precisa de educação*

É importante considerar o perfil das juventudes do campo em relação a sua escolarização e formação profissional.

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE, 2006) com aproximadamente 31,3 milhões de pessoas do meio rural atingidas pela pesquisa, apontam que 29,93% têm idade entre 15 e 29 anos. Destes jovens, 8,36% frequentavam escolas (2.616.134); dos quais 1,79% estão na Classe de Alfabetização para adultos, 8,92% estavam no ensino de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental, 42,81% frequentavam da 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental ou

faziam Supletivo (seriados ou não-seriados), 41,71% estavam frequentando o Ensino Médio, curso Pré-Vestibular ou Supletivo, e apenas 4,77% fizeram algum Curso Superior, Mestrado ou Doutorado (CASTRO et al., 2009, p. 08).

Esses dados indicam, por exemplo, que boa parte da juventude rural entre 15 e 29 anos não se encontra na seriação aconselhada, quando 42,81% estão entre a 5ª e a 8ª série do Ensino Fundamental. Por outro lado, os dados sinalizam que os jovens do campo permanecem na educação formal, mesmo que uma parcela esteja fora da seriação aconselhada. Há de se destacar o baixo índice de jovens que chega ao ensino superior e pós-graduado. Esses dados guardam relação com as dificuldades de acesso às escolas, bem como a outros serviços e equipamentos sociais. Sabe-se que muitas escolas antigamente existentes no campo foram fechadas, o que exige dos jovens o deslocamento para os centros urbanos para acessar a educação formal.

Toma-se, por exemplo, a educação formal realizada em assentamentos de reforma agrária ligados ao MST, em que se visualiza a existência de grandes obstáculos a serem vencidos tais como: educação continuada a partir do nível do ensino médio estar fora dos assentamentos; as escolas são de difícil acesso e, muitas vezes, tem-se que fazer o trajeto a pé; escolas precárias e que não tratam a particularidade do jovem do campo; o fato de que o jovem camponês geralmente tem uma longa jornada de trabalho o que torna inconciliável o trabalho e a escola e, finalmente, o bullying que esse jovem do campo sofre ao ingressar no sistema de ensino urbano. (CASTRO et al, 2009; SANTOS, 2018)

Na pauta dos movimentos sociais do campo, o tema da escolarização formal das juventudes tem sido frequente. Além da discussão sobre a educação formal, enquanto direito das juventudes rurais, debate-se e defende-se a práxis educacional e política através das atividades e místicas dos movimentos sociais camponeses.

É urgente a revisão do sistema educacional e. Arroyo (2015) afirma que “não há como reinventar outro sistema de educação sem análises mais aprofundadas do Estado, de suas instituições e dos processos de sua apropriação”. A velha ordem ditatorial dos costumes sociais ainda em voga, é terreno fértil para a reprodução da exploração capitalista. A pressão exercida pelos movimentos, tem sido de grande importância, para que algumas das suas reivindicações sejam, ao menos, levadas para discussões nas comissões legislativas.

Jovens trabalhadoras/es do campo devem sim, ocupar as escolas, trocar saberes e experiências, dar visibilidade aos acontecimentos dos territórios que

percorrem, lutando pela escola ideal na sua concepção, adensando os processos educativos com conteúdos que consideram relevantes à comunidade. Não esquecer e entender que educação é um direito assegurado pela Constituição Federal, onde se pode ler:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, CF, 1988)

Portanto, a educação não deve ser vista de maneira superficial levada a ser precarizada – principalmente quando se trata de educação pública dos ensinos fundamental e médio – transformada em mercadoria e muito menos, tornada de difícil acesso à classe trabalhadora.

As construções históricas educacionais dos movimentos sociais acabam se dando no cotidiano dos seus embates, tendo seu currículo fortalecido pela rispidez do agravamento da questão social que atravança o avanço das suas pautas e lutas. Tais conhecimentos e experiências produzidas no âmbito de lutas dos movimentos sociais são experiências dissidentes das tradicionais práticas educativas da escola regular – reguladora de mentes.

Contrariando as instituições de ensino, que desde 2019 vêm trabalhando sem uma política educacional devidamente direcionada, excluindo a participação da sociedade e principalmente das instituições implicadas nela dando margem para o fortalecimento de todo e qualquer tipo de segregação, desrespeitando direitos que foram conquistados a duras penas, a presença da juventude rural propõe experiências de educação construídas de forma crítica, buscando erradicar as desigualdades, respeitando a Constituição Federal de 1988.

Dentre as pautas reivindicatórias das juventudes, vê-se a exigência de criação de cursos técnicos e universitários específicos para jovens do campo, ou então, a exigência de vagas nos sistemas já constituídos de ensino. Essa demanda tem uma procura considerável, visando à permanência das juventudes no espaço rural para que as propriedades possam ter uma melhor produtividade. Portanto, evidencia-se que as políticas de educação e transversais dirigidas aos jovens do campo a partir do reconhecimento das suas particularidades, contribui, em alguns casos, para o retorno e/ou a permanência desta/e jovem no campo e na propriedade rural da família.

Ao garantirem a devida aprendizagem para a permanência em seu território estas políticas garantem também o respeito às suas demandas, e a independência quanto ao seu trabalho e seus ganhos financeiros, evitando a exploração de uma classe sobre a outra, gerando um regulador de relações.

Só se entende a fraqueza e inexistência da educação entendendo os processos de apropriação-expropriação da terra, da renda da terra e do trabalho e de manter as relações sociais e políticas, o Estado e até o sistema escolar a serviço dessas relações. A organização do Estado e de suas instituições como o sistema educacional, a fraqueza da esfera pública reproduzem essas formas de dominação – subalternização, apropriação-expropriação da terra e do trabalho, do conhecimento e da cultura. Como essa história da organização do Estado e de suas instituições – do sistema escolar, especificamente – condiciona a educação do campo e a sua fraqueza e inexistência. (ARROYO, 2015 p. 6)

Como todo integrante de um coletivo social, as/os jovens rurais inseridos em movimentos e lutas sociais buscam posicionar-se de acordo com as demandas e pautas que provêm do seu modo de vida e de trabalho no campo. Assim, as/os jovens rurais compõem com suas discussões e atuação a agenda geral do movimento do qual fazem parte. Uma característica da atuação das/os jovens rurais nos movimentos é o respeito e a valorização da cultura camponesa, com destaque para o reconhecimento e diálogo a partir da ancestralidade; a organização da vida comunitária que também se relaciona com as relações sociais de trabalho; o cultivo de credos religiosos e da mística do próprio movimento social; e, em tudo isso, a forte identidade veiculada à atividade rural.

Uma sociedade que leva a sério a educação necessita de uma real política social de educação que seja democrática, inclusiva, pública e de qualidade. Parece ser um mero chavão, mas é um mantra que se deve incorporar ao cotidiano de todas as classes, principalmente as subalternizadas, para deixarem de servir de massa de manobra deste Estado (SANTOS, 2017) financiador do capital estrangeiro que empobrece ainda mais as populações em situação de vulnerabilidade social.

As instituições escolares primam por trabalhar observando o combate aos preconceitos, acessibilidade, inclusão social, permanência, participação e aprendizagem. Logo, não podem ser cerceadas das suas atribuições por um descompasso ministerial onde a troca de titulares da pasta acaba por ser muito prejudicial a toda a sociedade.

4.2.3 *Um pouco de cor/etnia/raça na juventude rural: as lutas antirracistas*

Com a mesma relevância do subitem anterior, a questão raça/cor é problematizada nos movimentos rurais sociais conforme sua demandada, seu impacto na comunidade e o quanto ela – a comunidade - poderá agir frente ao que hoje se enquadra como crime inafiançável. A naturalização da reprodução das relações sociais e econômicas tem origem no contexto histórico de profundas desigualdades, que resultaram na formação de um país estruturalmente cínico, racista, machista, misógino e injusto socialmente.

Segundo a CF (1988) em seu Art. 5º, inciso XLII, “a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei” (CF, 1988). Mas para fugir deste remédio legal, deu-se início ao uso, em larga escala, de um subterfúgio chamado crime de injúria racial⁷. Destaca-se o artigo 231 da CF com a seguinte redação:

“São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.”

Porém, dita “indolência” indígena e sua falta de ambição, já os qualifica para perderem suas terras e serem absorvidos por culturas das quais não desejam participar. A lógica capitalista da mais valia precisa ser colocada em prática para poder gerar o progresso que tanto se espera.

A presença da diversidade étnico-racial tem sido pautada em muitos debates em movimentos sociais, mesmo naqueles cuja pauta de origem é outra que não a raça/cor, uma vez que os movimentos sociais entendem raça/cor/etnia como parte indissociável de cada sujeito, por conseguinte, da sociedade e, como tal, constituindo tema transversal e de grande relevância, já que nas maternidades, a dor tem cor, bem como na maioria dos estabelecimentos prisionais.

Determinados movimentos e lutas têm, em suas fileiras, a predominância de uma determinada raça/cor/etnia. Essa predominância algumas vezes se deve ao propósito do grupo e de seus/suas apoiadores/as, a exemplo, do movimento dos quilombos rurais e do movimento indígena na área. Nos movimentos de juventude

⁷ O Supremo Tribunal Federal (STF), em 2018, declara imprescritibilidade do crime de injúria racial, equiparando-o ao crime de racismo.

rural há uma hegemonia de pessoas pretas, mas em algum há pessoas indígenas e pessoas brancas, todas inseridas na luta por um único ideal, mas que não se furtarão em agir, caso algum indivíduo em particular tenha os seus direitos desrespeitados por razões de raça/cor/etnia

Sobre cor da pele a grande maioria dos jovens presentes nos dois eventos se declarou com a cor parda (41,3 % do MST e 39,3% da CONTAG), a segunda maior proporção concentra-se na cor branca (22,6% do MST e 32,8% da CONTAG) e a terceira refere-se a cor preta (24,2% do MST e 17,4% da CONTAG). É importante lembrar que se a figura do negro e do indígena não foi a maioria na definição de cor da pele, contudo se fez presente nas representações culturais e nas místicas como forma de valorizar as origens. Isso ocorreu de forma mais visível nas místicas do setor de gênero e da delegação da Amazônia. (CASTRO et al, 2009 pp. 5 e 6)

A atuação em rede possibilita que os movimentos tenham acesso a informações de ponta, viabilizando a convergência de pautas e o reconhecimento de que, em função da multiplicidade étnico-racial da sociedade brasileira, não tratar de tema diversos é cair em um monótono estribilho acerca da sua pauta diante do sumo multicultural composto por esses indivíduos, que trazem as suas peculiaridades, seus conhecimentos, demandas e o desejo de lutar pela construção de uma sociedade mais viável para todos.

As históricas desigualdades sociais exigem do Estado políticas de reparação e superação da dramática realidade apontada pela gênese da sociedade brasileira: escravocrata, patriarcal, monogâmica, machista, rural e onde ter dinheiro é sinônimo de ter acesso a direitos. Ao relevante esforço das juventudes rurais em trazer novos ares aos seus grupos, somam-se os esforços para mudanças curriculares das instituições voltadas à formação de professores/as para as escolas do campo, indígenas, quilombolas e comunidades camponesas negras.

Para mudar esse cenário precisamos de uma consciência de classe que provoque uma estratégia de luta para reverter esse quadro, só aí teremos um fator revolucionário. “Ser Sem Terra é ser vítima de um problema social gerado pela negação histórica”, afirma Raumi Joaquim de Souza, cantor, compositor jovem, negro e Sem Terra. (SILVA, 2019)

Essas populações, ora desassistidas, agora articuladas – na rede e através da rede - representam uma virada considerável no embate capital-trabalho, onde não é só a mão de obra do/a trabalhador/a que está sendo explorada, pois o seu território também é cobiçado, seus saberes, sua força e tradição. Deve-se levar em conta que esses movimentos são espaços privilegiados de aprendizagem empírica, precisam

garantir o respeito à *diversidade* e assegurar que realmente haja tolerância nas suas relações internas. Apreende-se que os movimentos sociais são agentes de conhecimentos e sujeitos disto. Sua cultura, seus valores e aprendizados são produtos de grande valor, não somente para o seu território, mas também para além deles, onde acontecem outros tipos de relações, além da comercial.

Todo e qualquer movimento social já é, por sua própria natureza, um espaço revolucionário pela educação, no qual muitas aprendizagens são possíveis e realizáveis. Assim como as juventudes, os movimentos sociais são construções históricas, compostas por fatos referentes à sua realidade e à realidade que os rodeia, envolvidos em não introjetar valores que destoem do que se busca no grande grupo, para assegurar a existência tanto dos indivíduos quanto do grupo, em suas essências. A diversidade é inevitável, o respeito imprescindível, a tolerância necessária e o embate urgente.

Valeu Zumbi Valeu Sepé Tiarajú!

4.3 As lutas, conquistas e desafios das juventudes do campo

Nas mais diversas arenas dos embates societários, a juventude lançou luz através dos seus questionamentos, fez-se presente no máximo de lugares possíveis, forçou e bancou a sua entrada e permanência nos mesmos, mostrando que é possível, sim, sonhar, lutar e construir caminhos para uma sociedade menos desigual e mais digna. Suas lutas, conquistas e desafios estão fortemente interligados - um não pode ruir, pois os outros correm sério risco de irem abaixo do mesmo modo.

As pautas das lutas de hoje não são recentes. Algumas são desdobramentos ou transversais de outras, que estavam encobertas pelo colonizador europeu ou pelo cinismo da sociedade brasileira.

Somos todos iguais perante a lei, entretanto, na estrutura social ao longo da nossa história aparecem os desiguais como trabalhadores precarizados em seus amplos direitos, mão de obra mal remunerada, fruto da reificação do ser humano sustentada por revisionismo histórico e nacionalismo, decorrentes de flertes com o neonazismo e o neofascismo promotores do ressurgimento da extrema direita e outros fenômenos socialmente danosos e retrógrados.

Com todo esse cenário, as juventudes têm enfrentado as barreiras dentro dos próprios movimentos levando políticas transversais para que, o movimento se fortaleça, ganhando musculatura natural, advinda de seus integrantes e não de pessoas que lhes têm empatia. Ser protagonista das suas ações, roteirizar e dirigir os diálogos com entes públicos que representam estar de boa vontade para com estes sujeitos em especial, mas negam-lhes a efetivação das políticas públicas sociais lhes garante legitimidade e conhecimento dos meandros das lutas.

Há um sem números de encontros, seminários, simpósios para tratar da temática juvenil e são infantilizados, tratados com pouco caso, o que sinaliza que os agentes públicos estão mal preparados, pois não sabem diferenciar jovem de criança.

As juventudes rurais inseridas nos movimentos sociais vivem as penosidades de comporem um conjunto social, amplamente combatido, fácil e frequentemente invisibilizado em sua existência e sua resistência pelos setores das classes dominantes, como se permanecer escondidos e apartados dos demais setores sociais fosse a sua escolha e o seu desejo para a vida. Sua expressiva participação sofre ainda os decréscimos de coberturas realizadas pela opinião pública que são desqualificadas, feitas por profissionais pouco ou nada entendidos do assunto, o que contribui para sua criminalização.

Seus espaços de luta, duramente conquistados, devem ser respeitados e resguardados como territórios de educação e de cidadania plena e permanente, pois estão fazendo uma intervenção direta onde sequer há aplicação de leis e/ou a criação destas.

A política de juventudes deve ser uma política de Estado, e não uma política de governo ou até mesmo de partidos políticos, que sazonalmente lembram desses sujeitos para utilizá-los como massa de manobra eleitoral descartável. As lutas foram muito desafiadoras e terão outras tantas pela frente, não restando dúvida alguma de que os desafios serão uma constante em seu caminho.

Mesmo com todas as sinalizações de que governos extremistas, com filosofias desprovidas de reflexão (pseudofilosofias), as juventudes rurais organizadas em movimentos sociais configuram-se um ponto fora da curva na realidade capitalista. Elas apontam para uma sociedade que deseja ser equânime e baseada constitucionalmente na democracia e nos direitos humanos. As juventudes têm enfrentado, com louvor, estes desafios que ameaçam não só o campo, mas todos os

setores sociais em função da cadeia de produção, industrialização e comercialização dos seus produtos.

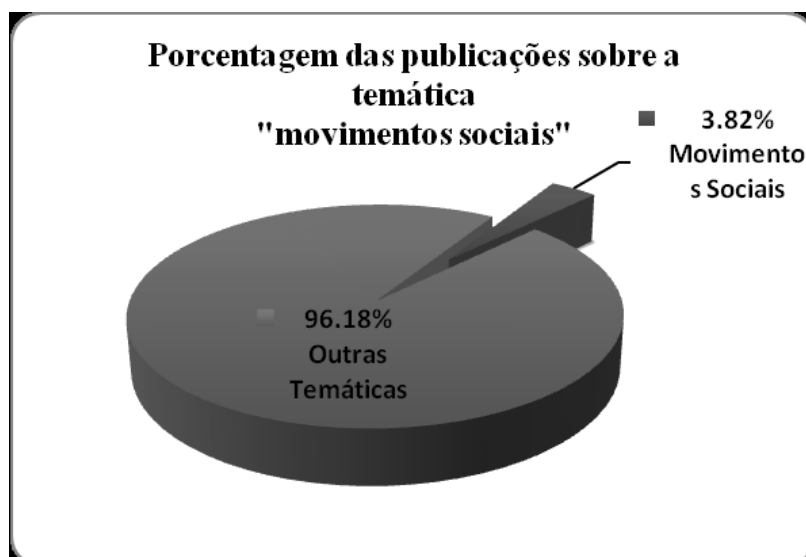
4.4 Serviço Social e os movimentos sociais

Esta seção se ocupará em problematizar a relação entre Serviço Social e movimentos sociais, buscando visualizar os reflexos que um produz no outro., perpassado brevemente pela formação, trabalho profissional e locais de atuação.

Para isso, pergunta-se inicialmente: que tipo de relação o Serviço Social construiu com os movimentos sociais? A produção das/os profissionais a respeito desta temática tem sido satisfatória para responder às demandas? O/a assistente social está realmente inserido nos movimentos sociais rurais?

Assim como as publicações sobre movimentos sociais, a atuação da/o assistente social nesta área é bem tímida, por vezes quase invisível e, por isso ignorada. Através do trabalho de Moro e Marques, percebe-se que a produção na área do Serviço Social sobre os movimentos sociais publicada nos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais (CBAS) e nos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) reflete, em parte, a formação, via extensão acadêmica, que será discutida brevemente mais à frente.

Gráfico 1 - Publicações - Movimentos Sociais CBAS e ENPESS (1995 – 2008)



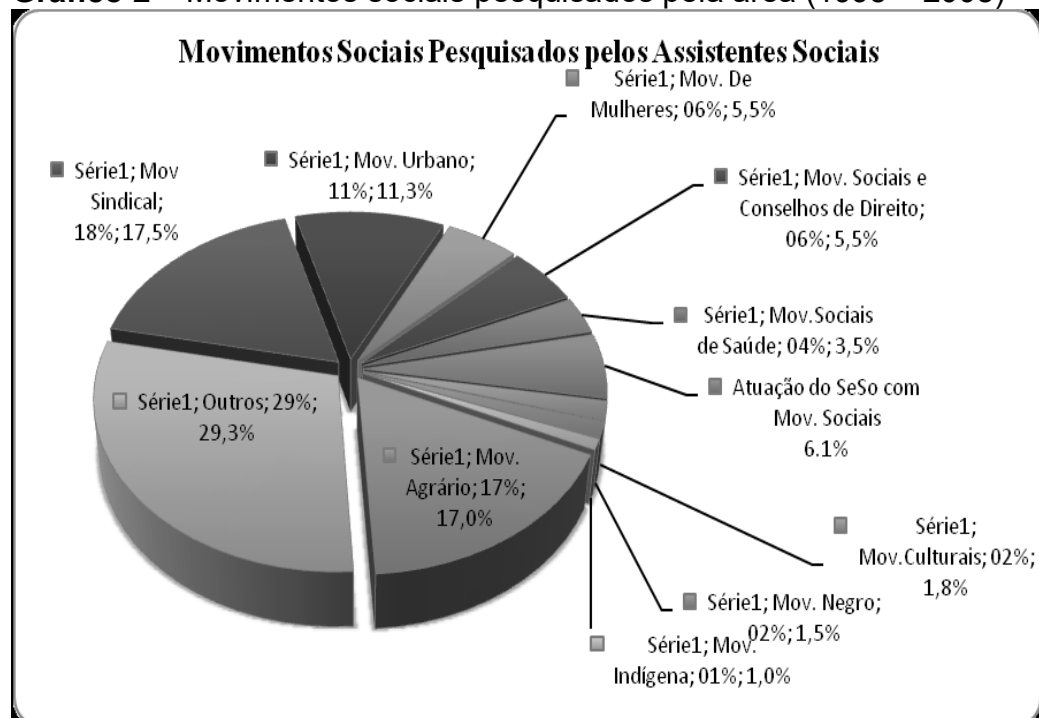
Fonte: autoras do artigo. <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/xq6259s0wT1UIGG2tBwA.pdf>

[...] podemos afirmar que a discussão sobre os movimentos sociais, apesar de conter uma grande pluralidade de pesquisas, ainda

permanece um tema oculto no debate profissional, visto que possui, ao menos no seu referencial quantitativo, pouca visibilidade nas análises do Serviço Social. (MORO et al., 2012, p.31 - 32)

As outras temáticas, principalmente as urbanas, parecem ser mais atraentes devido ao fato de estarem perto das/os pesquisadoras, evitando deslocamentos e onerações, contudo, têm servido para fortalecer o permanente estado de invisibilidade em que os sujeitos dos movimentos sociais rurais estão sendo colocados, considerando o atual momento no país e no mundo. Mas, quando se olha somente os movimentos sociais, percebe-se que as questões agrárias não estão em grande desvantagem, se comparadas com outras lutas, como movimento dos aposentados e pensionistas, o movimento dos desempregados, dentre outros.

Gráfico 2 – Movimentos sociais pesquisados pela área (1995 – 2008)



Fonte: autoras do artigo. <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/xq6259s0wT1UIGG2tBwA.pdf>

Apesar dos esforços para evidenciar o papel da/o assistente social nesses espaços não só de pesquisa e de trabalho, mas de educação cidadã, com a análise crítica da realidade além do aparente, em um universo de 3,82%, conforme demonstra o Gráfico 1, tem-se a impressão de que a atuação dos movimentos sociais é nula ou surte efeitos homeopáticos, frente à realidade em que o Brasil está mergulhado.

Machado et al. (2019) trazem três diretrizes constitutivas da formação: a capacidade de impacto e transformação social da extensão; indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e o impacto na formação dos/as estudantes.

A primeira diretriz está ligada ao processo de cidadania, reconhecimento de direitos em um processo de aprendizagem circular entre professor, técnicos, aluno, comunidade, empresas parceiras e todos os indivíduos que se disponibilizarem a participar efetivamente deste aprendizado que vai além das salas de aula. Machado et al. (2019) defendem que as ações de extensão ganham maior efetividade quando se vinculam ao ensino (formação) e à pesquisa (geração de conhecimento), dando-se maior efetividade para todos os sujeitos envolvidos nas práticas de ensino amplo e irrestrito.

A segunda diretriz, identificada como impacto na formação da/o estudante, potencializa as problematizações de sala de aula, podendo levar as suas dúvidas para o movimento social e entendendo o papel das instituições públicas de ensino. Os saberes diversos que existem nos movimentos sociais coadunam-se com os da universidade formando uma bagagem intelectual considerável.

A terceira diretriz - Impacto e transformação social - é o reflexo da ação de estudantes, professoras/es, técnicas/os e movimentos sociais em seus meios de atuação e nas políticas públicas, promovendo o seu fortalecimento através de uma nova visão do estado das coisas, após a atividade de pesquisa e/ou extensão. Feitos os contatos, as situações tendem a mudar de algum modo e em alguma intensidade.

Fazendo o transporte destes indicadores para o agrário, pode-se evidenciar que os movimentos sociais rurais despertaram interesse. Estudiosas explicam que no campo não há apenas invisibilidade, uma vez que nele também há nichos de produção de valores comercializáveis ou rentáveis para a sociedade do capital, daí o interesse (ENGEL; LUSA, 2017). As populações do campo constitutivas da classe trabalhadora são visadas como meros reprodutores da lógica capitalista, que serão cooptadas para não pensarem em reforma agrária, escolarização no campo, assistência social e previdenciária entre outros direitos e políticas públicas sociais.

Isso tudo pode levar a afirmar que há demanda suficiente nos movimentos sociais rurais para a inserção das/os assistentes sociais e estudantes nesse espaço sócio ocupacional (ENGEL; LUSA, 2017), além dos que já atendem nos equipamentos nas zonas rurais, e/ou atendem, nas cidades, as populações do campo, como os

Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) Rural e as agências do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS), sequencialmente.

Desta forma entende-se que a/o assistente social está inserido na questão rural de várias formas, sendo que seu trabalho pode se dar, também, diretamente nos movimentos sociais conforme for a procura dos movimentos rurais.

A formação da/o futura/o profissional de Serviço Social conta muito quanto a sua colocação no mercado de trabalho, mas o aprendizado mútuo, a troca de conhecimentos é enriquecedora e oportuniza que algum modo, entender as iniciativas do capital e o seu processo de dominação econômica e ideológica, entre elas o aprofundamento das reformas neoliberais, do conservadorismo e moralismo na política e na vida cotidiana, a competitividade, o individualismo e a precarização da legislação trabalhista.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término deste trabalho, considera-se haver sido apresentada uma tentativa de aproximação/compreensão a respeito da juventude rural inserida nos movimentos sociais. Apresentaram-se aqui alguns aspectos relativos ao tema proposto para estudo, limitados, sim, ao olhar e à aproximação do autor, razão pela qual, certamente, a pesquisa apresenta alguns lapsos que podem e devem ser preenchidos através de outras análises. Sem esgotar as possibilidades de entendimento do tema proposto, tomam-se por alcançados os objetivos apresentados para a realização deste trabalho, bem como estudadas algumas vias de respostas para a questão que o norteou, qual seja.

Foram identificadas algumas conceituações sobre juventudes, que possibilitam a identificação das peculiaridades desses indivíduos e de seu território, bem como os determinantes socioeconômicos e políticos que passam a falar sobre cada indivíduo. Levando em consideração o seu tempo, logo pode-se esperar a transitoriedade comportamental provocada por fatores diversos ligados ao modo de produção de capital.

Na significação do termo juventudes compreendem-se todas as pessoas de determinada idade, de todos os gêneros e orientações sexuais, de todas as classes sociais, seus respectivos territórios e sua relação com ele, sua vida cultural, social, seu lazer, o trabalho e como geram sua renda, entre outros recortes. Definir esta categoria a partir de elementos como idade e mudanças físicas é reduzir esses indivíduos a condições semelhantes às de um mero artefato na esteira de fabricação. Entende-se, pois, que juventude é uma construção social sujeita a muitos olhares, inclusive aqueles destinados à sondagem para a melhor cooptação para o exército de desempregados, pensando assim em uma classe de trabalhadoras/es com seus direitos já precarizados.

Apesar de não haver cálculo exato que a defina a risca, essa categoria se destaca por sua heterogeneidade, o que não a desvincula dos contextos histórico, social, cultural e econômico que podem interferir na construção dos seus indivíduos. Pode-se dizer com segurança que todos sentem os reflexos do modo de produção capitalista e, nesta linha são sim taxados de alienados – em toda a acepção da palavra

– tanto pelo mercado quanto pela família e pela sociedade, que também são construções sociais. As juventudes servem para a produção de dados demográficos, a fim estudar o consumidor padrão de determinado produto, estilo de vida e outros.

A luta de classes, convida essa categoria a ingressar no mercado de trabalho mais cedo do que a juventude burguesa, sobrando para ela um sistema de educação aquém do necessário, carga horária de trabalho inadequada e direitos trabalhistas precarizados. A herança sócio-histórica que lhes é imputada, tem-se mostrado uma forte barreira para eliminar as expressões da questão social e seus desdobramentos, exigindo desse grupo a incessante busca de meios para não sucumbir às demandas do capital. Desse meio, sujeitos resistem e permanecem atentos, a seu modo, aos ditames do capital.

As juventudes rurais de modo geral - e em particular aquelas que estão inseridas nos movimentos sociais são atingidas por uma invisibilidade marcante. São tão heterogêneas quanto as do meio urbano, estão implicadas pelos efeitos do capital, o que reflete em muito a sua realidade. A permanência no campo é uma controvérsia, causada pela fraca estrutura das políticas públicas sociais que não respondem a contento com educação, saúde, economia e outras demandas. Alguns desses atores optam por ir para a cidade e retornar para continuarem trabalhando na propriedade da família e ter outro trabalho para implementar a renda familiar. Há as/os que preferem permanecer no campo e fortalecer a luta resistindo da maneira que for preciso. Como disse, Castro (2009) “ficar” ou “sair” do meio rural envolve múltiplas questões, onde a categoria jovem é construída e seus significados disputados.

A categoria jovem é construída nas lutas e na resistência – que se confundem – contra o capital burguês rural que, da mesma forma, trabalha para reforçar estereótipos das classes subalternizadas e que estão abandonando o meio rural. Negando-se a aceitar o trânsito que estes fazem para decidir entre ir ou ficar. O esforço dos capitais agroindustriais atua no sentido de ter para si cada vez mais o poder de produção e distribuição, levando a reboque a vida daqueles que se sujeitarem.

Invisibilização da juventude, exploração da mão de obra, exclusão social e outros são alguns dos fatores que provocam as ondas de migração para as regiões metropolitanas, uma odisséia rumo à possibilidade de exclusão social, desemprego e

violência urbana. As grandes cidades serão o meio de repetição do fator exclusão social e conseqüente precarização de direitos. Esse êxodo, que teve o seu início na década de 1960, agudizando-se na década de 1980, de certa forma ajudou a dar visibilidade às demandas das/os trabalhadoras/es do campo ante a ausência de políticas adequadas para este segmento social. O conflito de agricultores sem terra com grileiros, fazendeiros e exploradores ilegais das matas foi outro determinante para que se soubesse da existência dessas pessoas e de que o capital já havia chegado ao coração das matas e dos campos.

Esse êxodo colocou por terra o sonho de uma vida bucólica, pura, tranquila e sem problemas graves. O fato de algumas comunidades viverem isoladas por causa da distância, da falta de meios de comunicação, meios de transporte e até mesmo da prática de submissão a trabalho análogo à escravidão –que obriga ou impossibilita a pessoa de sair do local – criou um paredão, impossibilitando a transposição territorial e social. Encobertos pela invisibilidade havia - e ainda há - muitos determinantes sobre a realidade vivida pelas famílias e pelas suas juventudes, que são imaginados, mas cujos contornos ainda não foram aquilutados e outros , ainda, que são banalizados ou romanceados.

O IBGE (2017) indica que, do total de estabelecimentos agrícolas no Brasil, 77% são da agricultura familiar, correspondendo o valor da sua produção a R\$ 107 bilhões e equivalendo a 23% de toda a produção agropecuária do país. Mesmo assim, esse setor não recebe tratamento justo e a devida atenção para exercer livremente o seu trabalho, poder auferir renda adequada, ter os mesmos direitos previdenciários e trabalhistas conquistados pelas/os trabalhadoras/es urbanas/os, respeitando e levando em conta as particularidades de cada trabalhador/a, das lidas no local de trabalho, do próprio local de trabalho, do tempo de contribuição e outros fatores sociais e econômicos.

Das informações divulgadas pelo IBGE, pode-se inferir que, com as justas divisões dos resultados do trabalho de cada um, é possível fazer com que todas as pessoas envolvidas saiam ganhando o suficiente para sua manutenção com dignidade. Será uma boa e equânime medida, para que esses sujeitos se libertem das expressões cotidianas da questão social, conseguindo sair da condição de subalternizados e podendo tirar o devido proveito dos seus ganhos.

Nesta luta capital x trabalho, evidencia-se que a classe trabalhadora tem buscado a sua emancipação através de leitura própria da sua realidade, revelando que a juventude rural implicada com os movimentos sociais rurais busca manter os direitos fundamentais e ampliar a democratização do acesso à terra, nestes tempos de aproximação com a extrema-direita, de não reconhecimento das conquistas societárias, de reificação do ser humano e de retrocessos. Paira a ameaça constante de que os movimentos sociais correm um sério risco de serem colocados da ilegalidade, pois em pleno governo petista foi criada a lei n. 13.260/2016, de autoria do poder executivo. conhecida como Lei Antiterrorismo e atualmente acham-se em tramitação alguns Projetos de Lei (PL's) com a intensão de criminalizar os protestos dos movimentos sociais, constituindo um bom estratagema para dividir o povo brasileiro.

Ante este quadro de agravamento, fazendo uso da legislação para demonizar os movimentos e lutas sociais e, por tabela, todo e qualquer protesto popular, não bastasse o capital burguês agora o seu sócio e patrocinador, o Estado entrou em campo para dar um auxílio.

Fazendo uma análise em relação à juventude rural que buscou entender como melhor combater o capital e o Estafo burguês, oi necessário problematizar o que é um movimento social, suas características organizacionais, seu *modus operandi*, finalidades e sua origem. Algumas entidades e manifestações podem ter aparência de um movimento social, mas, em um escrutínio mais minucioso, não serão consideradas como tal. É a luta capital x trabalho que traz à tona os embates sociais, as resistências e a não aceitação da expropriação da dignidade que desde o tempo do Brasil colônia já existia, em outros moldes. Os indígenas, a seu modo, resistiram à escravização ou foram mortos em combates contra os colonizadores. Mesmo com a base da economia colonial ainda em formação (SCHERER-WARREN, 2008). mobilizações populares já aconteciam, através de movimentos como os quilombos e a resistência indígena.

Assim como há várias formas de violência e de opressão por parte do capital e do Estado, os movimentos sociais por sua vez também se organizam a ponto de poder fazer frente às demandas criadas por esse conflito. Nesse embate podem ser identificados e destacados alguns pontos de mobilização como as formas de

exploração, as estratégias de resistência, a existência de condições de vida que surgem a partir da contradição entre o acúmulo de riquezas e a exploração do trabalho, a identificação de uma situação vivida em comum e a existência de organização para rebelar-se contra ela. Junte-se a isto, a identificação dos indivíduos com a causa em si, criando táticas de resistência organizada, a fim de transformar a sua realidade e até mesmo a sociedade.

A cada momento histórico as classes sociais mostrar-se-ão mais organizadas, menos ou mais flexíveis para com a outra parte; as contradições do capital acabam gerando profundas desigualdades sociais que ficam mais evidentes com o passar do tempo. Isto demonstra ter havido um movimento de ruptura, e existir disposição para enfrentar as consequências resultantes da desacomodação, fazendo com que os indivíduos agora ideologicamente identificados com o movimento sintam-se mais preparados para o embate.

Problematizando a questão da educação ficou perceptível que, nos movimentos sociais, a educação não é exatamente o mesmo processo tradicional das instituições educacionais, mas o ensinamento acerca de tudo que diz respeito a estar em um movimento, inclusive a preparação para isso. Dessa diferença vêm as práxis pedagógicas e políticas, a produção de saberes que além das salas de aula e os ensinamentos que só acontecem com o movimento do pensar coletivamente e na mesma direção. Este aprendizado é coletivizado também, pois toda a sociedade aprende algo, independentemente de estar implicado direta ou indiretamente na ação, ou até mesmo estando totalmente alienado a respeito do que se passou. Ao compartilhar o ensinamento, o processo de aprendizagem vai em todos os sentidos, não é obstaculizado, promovendo emancipação, já que, conforme Liguori e Voza (2017), para uma concepção superior da vida e o progresso intelectual de massa, deve-se elevar o simples para se obter a emancipação através da práxis política.

Pode-se construir, a partir destes eventos, uma educação cidadã, participativa e efetiva, que se alastre para todos os cantos, sem fronteiras para o seu conhecimento e futuras reflexões mais profundas. Assim como uma atividade acadêmica ao oferecer uma profusão de conhecimentos, promove atualização e causa desconforto, também os movimentos sociais proporcionam algo semelhante. Sempre que as várias possibilidades pedagógicas existentes no agrupamento enriquecem suas pautas repercutindo no espírito de cada participante, a resistência fica mais qualificada, os

entendimentos mais aguçados e a lógica capitalista mais evidenciada nas contradições do cotidiano.

Na linha de pensamento envolvendo educação e contradição, tratou-se, ainda, do mito do fim dos movimentos sociais e do surgimento do terceiro setor, As novas práticas organizativas através das ONG's, OSCIP's e OS's, que aproveitam a criminalização dos movimentos sociais e o seu pretense fim, o que contribui em muito para a reforma do Estado e a intensificação da precarização na oferta dos serviços públicos. Com este desmanche de políticas públicas vão junto alguns conselhos e similares, que são instâncias de negociação, de disputa, de pactuação entre a sociedade civil e o Estado na elaboração das políticas públicas. Tudo via legislação, para dar a devida aparência de legalidade, porém com um gritante verniz de ilegitimidade.

Nas leituras evidencia-se que o Estado gigante que a todos atendia, agora está se desresponsabilizando das suas atribuições constitucionais, causando o esvaziamento dos espaços de controle social, coletivos tendendo para o terceiro setor para poderem conseguir mais verbas e assim se manterem atendendo a sua comunidade. Outras entidades oriundas de ordens religiosas tradicionais no ramo do assistencialismo, tiveram que se reinventar para, também, se manterem em atividade e não perderem as benesses de outrora. Não se sabe muito +a respeito destas entidades travestidas de movimentos sociais, nem de como estão interferindo na realidade social do público que atendem.

A intensão de enfraquecer a organização dos setores da classe trabalhadora, fragilizando-a a ponto de retroceder aos níveis das década de 1980, ainda mais com esta pandemia da COVID-19, causado pelo corona vírus, que tem servido também de justificativa para agudizar ainda mais as expressões da questão social. E logicamente a classe trabalhadora, periférica e assalariada foi a mais prejudicada, onde o auxílio emergencial do governo federal, tem sido mero paliativo para a situação.

Dividir para governar, esta tem sido a tônica no atual desgoverno, mas não satisfeito, ainda tem o recrudescimento da violência estatal junto às populações periféricas, pretas e as comunidades Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexual e + outros tantos (LGBTQIA+) e movimentos sociais, aumento da pobreza e das desigualdades sociais, o que em linhas gerais significa o aprofundamento das expressões da questão social. As elites capitalistas juntamente com seu sócio e patrocinador, agiram de forma articulada, para enfraquecer toda e

qualquer tentativa de resistência ao seu golpismo visando a desresponsabilização do Estado “inchado e lento”.

A fim de dar continuidade às suas lutas, os movimentos foram obrigados a se reorganizar em redes de acolhimento e fortalecimento mútuo, para, assim, potencializar as suas ações, trocar experiências e conhecimentos através de pautas transversais, evidenciando, segundo Scherer-Warren (2008), os nexos políticos. Esse diálogo acontece através da sua cultura e, de forma mais ampla, todos os participantes da rede são beneficiados, ou seja, muitos movimentos sociais compartilhando as mesmas informações ao mesmo tempo e com a possibilidade de fazer problematizações com a construção de uma agenda em comum.

Percebe-se que as redes podem desenvolver atividades de produção, inserindo-se na economia local, geralmente na perspectiva da economia solidária, o que responde diretamente na realidade dos grupos envolvidos nesta atividade. Têm o poder de ressignificar a trajetória dos movimentos e de seus seguidores, a produção de alternativas ao mercado e ao modelo de Estado, o que, muitas vezes, significa o engendramento de estratégias não capitalistas e o anteparo de resistência ao capital selvagem. Enquanto poucos estiverem se fartando com o resultado do trabalho de muitos, cada vez mais o abismo da desigualdade social se alastrará, arrastando para dentro dele todas as classes sócias, inclusive a burguesia. Pois uma hora, trabalhadoras e trabalhadores poderão se erguer, para dar um fim - pelas vias de fato -, a esta bestialidade que é o capital, com seu perde e ganha onde, na realidade, ninguém ganha verdadeiramente de fato. A coletividade ainda pode virar esse jogo, e, através das redes, se fortalecer para resistir como correntes de luta.

Cabe destacar que as juventudes rurais engajadas nos movimentos sociais estão em busca de cidadania e identidade social, não esquecendo que estão inseridas em um mundo com contexto bem amplo e variado. Muitos interesses, parecidos com os dos jovens das grandes regiões urbanas, são atingidas por elementos sociais de toda ordem e sua construção é um caleidoscópio. Assim os jovens do MST pelo Brasil a fora têm mostrado a sua diversidade e o quanto estão abertos para dar novos ares ao movimento e a quem quiser conhece-lo além do aparente, sendo positivamente surpreendente poder ver que evitaram parar no tempo, o que criaria mais obstáculos a serem vencidos.

O protagonismo destas/es jovens frente ao grande grupo, tornou sua militância mais independente e solta dentro do movimento ao entenderem que suas lutas são

seus instrumentos de transformação, mas que, ainda assim, carecem de toda atenção e orientação e que, sendo fragmentos nesse nexos entre campo e cidade, um se fortalece no outro.

Em relação a gênero, na população jovem, a mulher tem se destacado bastante, não se limitando e nem aceitando ser limitada ao trabalho doméstico, pautando também junto ao grande grupo questões como: organizações e lutas feministas contra a violência doméstica, misoginia, defesa da saúde, da maternidade e outras. As mulheres querem também ser protagonistas em movimentos que digam estritamente respeito a elas, como por exemplo, o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC).

A postura machista acabou por criar um processo de invisibilização das mulheres, impossibilitando até mesmo a continuidade dos estudos e o acesso a direitos sociais, tal como a burguesia fez com suas mulheres, com suas empregadas e com as mulheres dos seus empregados. Correntes do inconformismo foram quebradas, as camponesas organizaram-se da maneira que tinham que se organizar e foram à luta, em busca de seus direitos.

A pauta LGBTQIA+, em alguns estados, segundo consta no sítio do MST -, é um sinal, de que se venceram barreiras e de que outras tantas pessoas querem despir-se de seus preconceitos e enxergar-se na/o outro de forma respeitosa, possibilitando a criação de um lugar democrático de fala, de pertencimento e de acolhimento, onde as múltiplas identidades se encontram para fortalecer a luta em mais um eixo que provavelmente estava invisibilizado por preconceitos, medo, vergonha e falta de empatia. É o encaminhamento para muitas situações que se traduzem em expressões da questão social também no campo.

Não foi encontrado registro de algum acampamento que negasse a existência de LGBTQIA+, mas impossibilitar que as pessoas existam conforme o seu querer é sim, negar-lhes a sua existência, seu pertencimento, retirar-lhes o lugar de fala e sua representatividade.

Estas negações refletem muito do tipo de educação que é possibilitada para os sujeitos, mas o seu território pode falar um pouco a respeito também o tradicional reinante, não é o ideal para os dias de hoje, o que se quer é uma educação libertadora, com chances de muitos questionamentos no universo educacional.

Quanto à escolarização no campo, pode-se dizer que as escolas têm se mostrado bastante empenhadas em alfabetizar seus/suas alunos/as, entretanto

identificam-se alguns impedimentos como: educação continuada a partir do nível do ensino médio estar fora dos assentamentos; as escolas são de difícil acesso e, muitas vezes, o trajeto tem que ser feito a pé; escolas precárias e que não tratam a particularidade do jovem do campo; a longa jornada de trabalho que torna inconciliável o trabalho e a escola e, finalmente, o bullying que sofrem os jovens camponeses ao ingressar no sistema de ensino urbano. Esses são motivos que acabam por inviabilizar a efetivação da política educacional no campo. Há quem defenda também a revisão curricular dos estabelecimentos de ensino, pois quem vai ensinar ainda não consegue entender a dinâmica da vida no campo. Não sendo tudo isso o suficiente, a pasta do Ministério da Educação (MEC), tem sido gerida, nos últimos 22 meses, por pessoas com baixa capacidade de gerenciamento para uma política pública social de tamanha relevância para o nosso país.

Nas suas pautas reivindicatórias, a juventude do campo pede pela criação de cursos técnicos e universitários específicos para jovens do campo, ou então pela oferta de vagas nos sistemas já constituídos de ensino. Esta demanda tem uma procura considerável, visando à permanência das juventudes no espaço rural e para que as propriedades possam ter uma melhor produtividade. Para a população rural também se quer uma política pública de educação: democrática, inclusiva, pública e de qualidade.

A presença da diversidade étnico-racial tem sido pautada por muitos movimentos sociais, no MST não seria diferente, pois há acampamentos do movimento em todos os estados e essa pauta reivindicatória faz parte da multiplicidade cultural do país em que se encontram. Tratar destes assuntos, também é despertar a consciência de classe e de pertencimento de cada sujeito do acampamento, tendo em vista que esse recorte também representa a luta contra o capital em uma de suas formas invisíveis de exploração. A desigualdade também se dá pela cor da pele, o tipo de cabelo, pela herança cultural e outras características. As comunidades percebem que é preciso superar essa dramática realidade apontada pela gênese da sociedade brasileira escravocrata, patriarcal, monogâmica, machista, rural onde ter dinheiro é sinônimo de acesso a direitos.

No que diz respeito às lutas, conquistas e desafios das juventudes do campo, entende-se que a cada batalha é conquistado algo muito importante para o fortalecimento do sujeito e do coletivo. Mesmo que as pautas se repitam e que se tenha de andar pelo mesmo caminho, tomando sempre a mesma direção, sem perder

a vontade de lutar e sem deixar de se reconhecer nas lutas, nos embates, nas rodas de conversa.

Os jovens do campo são combatidos, assim como a população preta e periférica, atrapalham se estiverem estudando e contestando o seu cotidiano cheio de desigualdades e contrariedades, mas não desanimam e enfrentam de frente a fera chamada capital.

O Serviço Social e os movimentos sociais têm em comum o desafio do enfrentamento do capital e das desigualdades sociais, buscando uma sociedade democrática em sintonia com os direitos humanos. Atrelada a isto vem a produção intelectual do Serviço Social, que toma os movimentos sociais como fonte de trabalho intelectual, em princípio. Tal produção não condiz com a importância dos movimentos sociais, parece haver uma contradição, mesmo com a evidente importância destes atores do embate social.

A extensão, uma porta aberta para a aproximação com este campo de atuação profissional, que leva as problematizações de um canto para o outro, é um fio condutor de grandes e muitas problematizações, ajuda tanto a universidade quanto os movimentos e sociedades a arejarem o seu pensar e agir. Isto tudo reflete no impacto transformador da sociedade e dos agentes implicados nesta ação que é o aprender devidamente direcionado.

Quando se pensa em assistente social do campo, pensava exatamente em uma/a profissional plantada em uma propriedade rural, num acampamento de movimento social rural, mas nunca em um aparelho da previdência em uma cidade do interior, atendendo as demandas dos acampados ou dos trabalhadores de uma determinada propriedade rural.

A linearidade do pensamento ao final deste trabalho resultou da proposta do seu início. Foi uma aproximação totalmente bibliográfica, o que de certa maneira, impediu que se trouxessem as palavras exatas desse público e que se vivenciassem as sensações de estar em seu território e poder perceber in loco as suas dinâmicas, seus diálogos, rotina, seu trabalho, sua escola, enfim, um mar de possibilidades não contempladas desta vez.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. Os Movimentos Sociais e a construção de outros currículos. **Educar em Revista**, [S.L.], n. 55, p. 47-68, mar. 2015. Fap UNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.39832>. Acesso em: 01 de nov. de 2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. GARGIONI, Maria Helena Bueno organizadora. Porto Alegre: Editora CORAG. Edição Especial. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019**. Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/71137350. Acesso em: 19 de out. 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Estatuto da Juventude. Brasília: Senado Federal, coordenação de Edições técnicas, 2013. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/509232/001032616.pdf>. Acesso em: 30 de ago. de 2019.

BRASIL. **Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, Comissão de Cidadania e Direitos Humanos (CCDH). Reimpressão novembro de 2018.

BRASIL. **Secretaria Nacional de Juventude Estação juventude: conceitos fundamentais** – ponto de partida para uma reflexão sobre políticas públicas de juventude / organizado por Helena Abramo. – Brasília: SNJ, 2014. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/participacao/politicas%20de%20juventude1.pdf>. Acesso em: 14 de set. de 2020.

CASTRO, Elisa Guaraná de et al. A Juventude rural dos movimentos sociais no Brasil: um perfil. *In*: XXVII CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA. VIII JORNADAS DE SOCIOLOGÍA DE LA UNIVERSIDAD DE BUENOS AIRES, N. 27, 2009, Buenos Aires. **Anais** [...]. Buenos Aires: Asociación Latinoamericana de Sociología, 2009. p. 01-13. Disponível em: <http://cdsa.academica.org/000-062/1828.pdf>. Acesso em: 28 out. 2020.

CASTRO, Elisa Guaraná de et al. **Os jovens estão indo embora?** Juventude rural e a construção de um ator político. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2009. Disponível em: <http://repiica.iica.int/docs/B3893p/B3893p.pdf>. Acesso em: 10 de jul. 2019.

CASTRO, Elisa Guaraná de et al. Juventude rural, do campo, das águas e das florestas: a primeira geração jovem dos movimentos sociais no Brasil e sua incidência nas políticas públicas de juventude. *In*: **Revista de Ciências Sociais Política e Trabalho**, UFPB, nº 45, julho/dezembro de 2016, p. 193-212. Disponível em:

<https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/30734/17809>. Acesso em: 20 de mar. 2020.

CASTRO, Elisa Guaraná de. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político In: **Revista Latinoamericana de Ciências Sociais. Niñez y Juventud**, Manizales, v. 7, no. 1 ene-jun. 2009), pp. 179-208. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/35215546.pdf>. Acesso em 29 mar. 2020.

DUARTE, Aldimar Jacinto. Juventude, Movimentos Sociais e Participação Política no Brasil Entre os anos de 2013 a 2015. In: **Revista Educativa**, Goiânia, v. 19, n. 1, p. 884-901, set./dez. 2016. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/205718215.pdf>. Acesso em: 28 de out de 2020.

ENGEL, Bruna Michele; LUSA, Mailiz Garibotti. Produção Capitalista e Pauperização: as contradições no campo Sul Riograndense e a Política de Assistência Social. II **Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais Universidade Federal de Santa Catarina**. Florianópolis, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/180051/101_00353.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso Em: 20 de out. de 2020.

ENGELMANN, Solange. **Curso online do MST discute a luta LGBT ao longo da história social do Brasil**. 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/10/29/curso-online-do-mst-discute-a-luta-lgbt-ao-longo-da-historia-social-do-brasil/>. Acesso em: 29 nov. 2020.

FERNANDES, Rosa M. C *et al* (orgs.). **Dicionário crítico: política de assistência social no Brasil**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2016.

GEHLEN, Ivaldo; MOCELIN, Daniel Gustavo (orgs.). **Organização social e movimentos sociais rurais**. Série Ensino, Aprendizagem e Tecnologias. Coord. SEAD/ UFRGS. 2. ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad107.pdf>. Acesso em: 2019.

GOHN, María da Gloria Marcondes. **Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997. Disponível em: <http://flacso.org.br/files/2016/10/120184012-Maria-da-Gloria-Gohn-TEORIA-DOS-MOVIMENTOS-SOCIAIS-PARADIGMAS-CLASSICOS-E-CONTEMPORANEOS-1.pdf>. Acesso em: 16 de jul. de 2019.

_____. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. Artigo. **Saúde e Sociedade** v.13, n.2, p.20-31, maio-ago 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sausoc/v13n2/03.pdf>. Acesso em: 04 de maio de 2020.

_____. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. Artigo. In: **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**. Rio de Janeiro, v.14, n.50, pp. 27-38, jan./mar. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n50/30405.pdf> . Acesso em: 03 de mar. de 2020.

_____. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. Artigo, **CADERNO CRH**, Salvador, v. 21, n. 54, pp. 439-455, set/dez. 2008.

Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ccrh/v21n54/03.pdf>. Acesso em: 30 de abr. 2020.

_____. Novas Teorias dos Movimentos Sociais. Edições Loyola. São Paulo, 2009. Resenha. Reseña de Libros y Revistas. In: **Revista de História da Educação Latino-americana**. Vol. 15. Año 2010, pp. 341-353. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/rhel/n15/n15a15.pdf>. Acesso em: 06 de maio de 2020.

_____. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação** v. 16 n. 47, p. 333-512, maio-ago. 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=1413-247820110002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 30 de ago. 2019.

GROPPO, Luis Antonio. **Juventudes: sociologia, cultura e movimentos**. Universidade Federal de Alfenas. Alfenas-MG, 2016. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=sRFyDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA4&ots=aDmwTA2P2b&sig=ZG-SPDgjjKC4Kt6ztKq7-YuUw6g#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 21 de fev. de 2020.

GROPPO, Luis Antonio *et al.* **Juventude e práticas socioeducativas**. Alfenas. MG, 2018, p.17. Disponível em: <http://www.unifalmg.edu.br/bibliotecas/ebooks>. Acesso em: 02 de maio 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico**: Distribuição da População por sexo segundo os grupos de idade – Brasil – 2010. Disponível em: <https://brasilemsintese.ibge.gov.br/populacao/populacao-por-sexo-e-grupo-de-idade-2010.html>. Acesso em: 03 de maio de 2020.

JERICÓ, Rodnei (Brasil) (ed.). STF declara Imprescritibilidade do Crime de Injúria Racial, equiparando ao crime de racismo. 2018. **Portal Geledés**. Brasil, 17 de junho de 2018. Disponível em: https://www.geledes.org.br/stf-declara-imprescritibilidade-do-crime-de-injuria-racial-equiparando-ao-crime-de-racismo/?gclid=Cj0KCQjwlvT8BRDeARIsAACRFiXGvKT1gYaQLU16rRj71eaMXko9c46rcY6bAyVrPe14eCDvR7mh42UaArHcEALw_wcB. Acessado em: 01 out. 2020.

KUHN, Angélica. **Juventude do campo e migração**: escolarização, resistência e expansão do agronegócio. Ponto e Vírgula. PUC SP, No. 18 - Segundo Semestre de 2015 - pp. 39-55. Disponível em: <https://ken.pucsp.br/pontoevirgula/article/view/29738/20691>. Acesso em: 02 de abr. 2019.

LERBACH, Brena Costa. Uma revisão dos percursos teóricos e práticos dos movimentos sociais. **Revista Habitus**: revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais - IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, pp.51 - 66, dezembro, 2011. Semestral. Disponível em: <www.habitus.ifcs.ufrj.br. Acesso em: 16 de jul. de 2019.

LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. **Dicionário Gramsciano**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

LUSA, Mailiz Garibotti. **Do chão do cotidiano o protagonismo do Movimento de Mulheres Camponesas em terras catarinas**: uma trajetória de lutas, construindo identidade e conquistando autonomia. 2009. 307 f. Dissertação de. Mestrado (Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/18023>. Acesso em: 15 de out. de 2020.

LUSA, Mailiz Garibotti. **Lutas sociais no campo e políticas públicas**: do cotidiano, a construção de identidades e a conquista de direitos pelas mulheres camponesas. Maceió: Edufal, 2011.

MACHADO, Loiva Mara de Oliveira; Cury, Cristina Noronha; Guimarães, Naiara Thomassim. Contribuições do Serviço Social para o fortalecimento dos movimentos sociais da classe trabalhadora. Artigo. In: **3º Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social**. UFSC, 2019. Florianópolis.: pp. 1-12. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/202633/Machado_et_al_Contribui%C3%A7%C3%B5es%20do%20SS%20para%20o%20fortalecimento%20dos%20MS%20da%20classe%20trabalhadora.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 09 nov. 2020.

MENEZES, Marilda Aparecida de; STROPASOLAS, Valmir Luiz; BARCELLOS, Sergio Botton (orgs). **Juventude rural e políticas públicas no Brasil**. Brasília: Presidência da República, 2014. Coleção juventude. Série estudos; n.1. Co-edição NEAD/MDA e IICA. Disponível em: http://www.contag.org.br/imagens/ctg_file_2039627409_13082018150759.pdf. Acesso em: 07 de set. de 2020.

MESQUITA, Marcos Ribeiro; OLIVEIRA, Ana Clara Martins. Juventudes, movimentos e culturas: A participação política de jovens na cidade de Maceió. Dissertação de Mestrado. **Revista Estudos de Psicologia**, vol.18, n.2, abril-junho/2013, pp.379-387. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2013000200025. Acesso em: 28 de out. de 2020.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. Biblioteca básica de Serviço Social, v.5, 3a impressão, Editora Cortez, São Paulo, 2011.

MORO, Maristela Dal; Marques, Morena Gomes. A relação do Serviço Social com os movimentos sociais na Contemporaneidade. **Revista Temporalis**, Brasília, v. 11, n. 21, pp. 13-47, 25 fev. 2012. Semestral. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/2185>. Acesso em: 25 out. 2020.

PANNO, Fernando; MACHADO, João Armando Dessimon. Influências na Decisão do Jovem Trabalhador Rural Partir ou Ficar no Campo. **Revista Desenvolvimento em Questão**. Editora Unijuí. Ano 12, n. 27, jul./set. 2014 pp. 264-297. Disponível em: <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2014.27.264-297>. Acesso em: 31 de jan. de 2020.

PILATTI, Adriano. A tipificação de crime de terrorismo no Brasil: A perversidade da lei é a sua própria criação. **Revista IHU On-line**. Instituto Humanitas, UNISINOS. São Leopoldo-RS, 02 de março de 2016. Entrevista concedida a Patrícia Fachin. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/552134-a-perversidade-da-lei->

[antiterrorismo-e-a-sua-propria-criacao-entrevista-especial-com-adriano-pilatti](#).

Acesso em: 17 de out. de 2020.

PONTES, Beatriz Maria Soares. Os Suportes Epistemológicos dos Movimentos Sociais. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, Recife, V. 04, N. 01, 2015. Disponível em:

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistamseu/article/view/229871>. Acesso em: 15 de out. de 2020.

SANTOS, Marcos V. A. dos. **Relatório de saída de campo no Assentamento Sepé Tiarajú (Viamão, RS)**: Aula prática da disciplina de Movimentos Sociais e Política Social. Curso de Serviço Social. Porto Alegre: UFRGS, 2018.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 26. ed. Rio de Janeiro: Record, 2017.

SANTOS, Nair dos. Juventudes (verbetes). In: CASTILHOS, Rosa M. C. Fernandes, Aline Helmann (orgs.). **Dicionário Crítico**: Política de Assistência Social no Brasil. Porto Alegre: CEGOV, 2016. pp. 167-173.

SCHERER, Giovane Antonio. Notas sobre juventude, classe social e política. Artigo. **Revista Argumentum**, Vitória, v. 12, n. 1, pp. 22-31, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://orcid.org/0000-0003-3847-7202>. Acesso em: 11 de maio de 2020.

SCHERER-WARREN, Ilse. A política dos movimentos sociais para o mundo rural. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, vol. 15, nº 1, pp. 5-22, 2007. Disponível em: <https://revistaesa.com/V3/ojs-3.1.0-1/index.php/esa>. Acesso em: 15 de out. 2020.

_____. **Movimentos Sociais no Brasil e na América Latina**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011.

SCHERER-WARREN, Ilse et al.(orgs). Redes de Movimentos Sociais Na América Latina - caminhos para uma política emancipatória? **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 54, pp. 505-517, Set./Dez. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ccrh/v21n54/07.pdf>. Acesso em: 20 de out. de 2020.

SCHÜTZ, Rosalvo. Potencialidades pedagógicas dos movimentos sociais populares. Civitas. **Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 4, n. 1, jan.-jun. 2004. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/51/1631>. Acesso em: 25 de out. de 2020.

SEVERO, Mirlene Fátima Simões Wexell. **Os movimentos sociais de juventude e os direitos dos jovens no Brasil**. 2006, 219 p. Dissertação De Mestrado em Sociologia (Classes e Movimentos Sociais). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP, Faculdade de Ciências e Letras. Araraquara-SP. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/98959/severo_mfsw_me_arafcl.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 28 de out. de 2020.

SILVA, Maura. (ed.). **A resistência negra no Brasil e seu caráter revolucionário**. Página do MST. Coletivo de Comunicação da Bahia, 20 de novembro de 2019. Disponível em: <https://mst.org.br/2019/11/20/a-resistencia-negra-no-brasil-e-seu-carater-revolucionario>. Acesso em: 20 nov. 2019.

SILVA, Poliana Einsfeld da. **O trabalho de assistentes sociais junto a movimentos sociais**: reflexões acerca do Movimento Nacional da População de Rua de Porto Alegre. 2018. 132 p. Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social. UFRGS. Porto Alegre-RS. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/188285/001084522.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 de out. de 2020.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. **O mundo rural no horizonte dos jovens**: o caso dos filhos (as) de agricultores familiares de Ouro/SC". 2002. 279 p. Tese de Doutorado em Ciências Humanas (Sociedade e Meio Ambiente) – UFSC. Florianópolis, 11 de abril de 2002. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/82617/184359.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 16 de abr. de 2019.

TINOCO, João Vicente. **A lei antiterrorismo e a política de criminalização dos movimentos sociais**. 2016.2. 88 p., Monografia para obtenção do título de graduação em Direito. PUC/RJ. 2016. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/29795/29795.PDF>. Acessado em: 27 out. de 2020.

TROIAN, Alessandra; BREITENBACH, Raquel. Jovens e juventudes em estudos rurais do Brasil. **Revista INTERAÇÕES**, Campo Grande-MS, v. 19, n. 4, pp. 789-802, out./dez. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/inter/v19n4/1518-7012-inter-19-04-0789.pdf>. Acesso em: 17 de fev. 2020.

WEISHEIMER, Nilson. Juventudes rurais: mapa de estudos recentes. Brasília: **Ministério do Desenvolvimento Agrário**, 2005. Disponível em: http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/pageflip-4204229-74145-It_Juventudes_rurais_map-1655238.pdf. Acesso em: 07 de ago.2019.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. 7. ed., São Paulo: Cortez, 2009.